

humanitas



Vol. XLVII - Vol. II

IMPrensa DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS



HUMANITAS

Vol. XLVII • TOMO II
MCMXCV

2.ª PARTE DA MISCELÂNEA EM HONRA
DA DOUTORA MARIA HELENA DA ROCHA PEREIRA



NAIR DE NAZARÉ CASTRO SOARES
Universidade de Coimbra

HUMANISMO E PEDAGOGIA *

1. A HERANÇA CLÁSSICA

«Há muitas coisas espantosas: nenhuma
é mais espantosa que o homem.»

Vergílio Ferreira, num dos seus romances mais famosos, *Alegria breve*, transcreve, em epígrafe na língua original, estes dois versos da *Antígona* sofocliana (vv.332-333).

E quando lhe perguntaram, um dia, qual o povo que mais apreciava, o escritor respondeu sem hesitar: «o da Grécia, naturalmente, porque foi o que inventou o homem. Os outros só tinham inventado os deuses, o que é, apesar de tudo, bastante mais fácil.»¹

Esta evocação do escritor, há tão pouco tempo laureado na *Alma mater Conimbrigensis* — com palavras então proferidas, que agora se repetem — tem a intenção de sublinhar o valor e a perenidade dos ideais antropocêntricos da Antiguidade clássica, componente privilegiada do complexo cultural do Renascimento.

* É este texto o suporte da lição proferida pela autora nas suas provas de Agregação.

¹ *Virgílio Ferreira. Um escritor apresenta-se*. Apresentação, prefácio e notas de MARIA DA GLÓRIA PADRÃO, Lisboa, 1981, p. 145.

E não fora Portugal, no século de ouro da sua história, pioneiro na descoberta de novos mundos e de outros homens, a nação do «Humanismo oceânico»! A gesta lusa e o clima heróico que envolveu a sensibilidade colectiva dos escritores desta época levaram à exaltação individual e colectiva do Homem Português.

Assim, o hino de louvor à humanidade, entoado pelo coro da *Antígona*, poderia resumir a verdadeira força vital do multifacetado movimento europeu, de há quinhentos anos, e servir de lema à exaltação dos seus valores éticos e culturais.

Cabe, no entanto, a Ésquilo ilustrar esta crença no homem, através do mito de Prometeu, que se tornou paradigmático. É que, no *Prometeu*, o *homo poeta* e o *homo deus* são substituídos pelo *homo faber*, cujo ideal foi enaltecido e revigorado no *Quattrocento* italiano por Coluccio Salutati e Leon Battista Alberti.

Desde a Antiguidade, o mito de Prometeu era entendido como um símbolo do esforço do homem, no sentido da contínua realização de um ideal de aperfeiçoamento².

Já Platão, no *Protágoras*, reconhece a importância do mito de Prometeu e aponta nele os três graus de evolução no enriquecimento da ideia de cultura: a civilização técnica, insuficiente na construção da vida em comunidade; a dádiva divina do direito; e a *τέχνη πολιτική*. Entre estas, o filósofo privilegia a última, ensinada pelos sofistas, pois reconhece à educação o poder de forjar o vínculo espiritual capaz de sustentar a vida em comunidade e a perenidade da civilização³.

Na verdade, foram os sofistas do século V que chamaram a atenção para a grande importância da educação humana, da formação retórica, apoiada num *curriculum* alargado de disciplinas. Defensores da cultura enciclopédica e artistas da palavra, grande foi o seu mérito, não só no plano pedagógico e educativo, como ainda no desenvolvimento da arte oratória, designadamente no que se refere aos fundamentos da lógica e à elaboração dos processos de logomaquia⁴. A partir destes pensadores e profissionais do ensino, a temática educativa ganha actualidade. É retomada e desenvolvida pelos autores do século IV, que lhe fornecem uma base

² MANUEL DE OLIVEIRA PULQUÉRIO, 'O problema de Zeus no *Prometeu Agrilhado* de Ésquilo', in *Miscelânea de estudos em honra do Prof. A. Costa Ramalho*, Coimbra, 1992, p. 37-45; 'Cultura e ética na Grécia clássica', *Máthesis* 2 (1993) 9-15.

³ *Ibidem*.

⁴ Vide W.K.C. GUTHRIE, *The Sophists*, Cambridge, 1971.

teórica, e sobretudo ainda pelos da época helenística, em que se define o ideal da *ἐγκύκλιος παιδεία*.

Apesar do ensino dos sofistas, que tinha por finalidade a *ἀρετὴ πολιτική*, ser objecto de discussão, por facultar igual mestria tanto na defesa de causas justas como injustas — de que a dialéctica discursiva do *Filoctetes* de Sófocles é reflexo⁵ — não há dúvida de que a tragédia ática do século V, a comédia de Aristófanes, a obra dos historiadores Heródoto e Tucídides contribuíram para divulgar o pensamento dos sofistas, as suas preocupações pedagógicas, morais e políticas.

São os sofistas os primeiros a reconhecer o papel educativo dos *Poemas Homéricos*, atitude que abre curso não só às discussões de Platão sobre o valor da poesia, na *República* e no *Íon*, como às reflexões do período helenístico, de que o opúsculo de Pseudoplutarco, *De uita et poesi Homeri*, é exemplo significativo⁶.

Os *Poemas Homéricos* tornam-se referência constante, no domínio dos princípios normativos e ético-políticos, definidores do perfil religioso e moral do homem grego. Além disso, pela espiritualidade e mundo de valores que encerram, impõem às gerações vindouras ideais educativos, valores morais, sociais e políticos que levam Platão, na *República* (606e-607a), a designar Homero «educador da Grécia».

A nível conceptual, a poesia homérica fornece paradigmas que sustentam a argumentação de teorizadores, como Platão e Aristóteles, de prosadores e poetas, que se debruçam sobre a construção da vida comunitária, sobre a formação e funções de dirigentes políticos.

Mais especificamente no que se refere à temática educativa, os *Poemas Homéricos* são um verdadeiro manancial de *topoi*, desde a Antiguidade ao Renascimento: o exemplo de Aquiles, que Fénix ensina «a saber fazer discursos e a praticar nobres feitos» (*Il.* 9. 442-443); a importância e utilidade da arte retórica — reveladas ao longo da *Ilíada*, quer por Diomedes, «o melhor da sua idade no conselho», a que é consagrado o canto V, quer por Ulisses, «o dos mil artifícios», quer ainda por Nestor, o velho rei de Pilos de falas harmoniosas» (*Il.* 1. 247-249); o valor e significado da poesia, implícitos na arte de Aquiles, ao cantar os feitos dos heróis (*Il.* 9. 185-191); o papel fundamental atribuído à virtude dos antepassados, em que o mito adquire dimensão histórica; a missão divina do

⁵ JOSÉ RIBEIRO FERREIRA, 'O problema educativo no *Filoctetes*', *Humanitas* 29-30 (1977-1978) 46-50, 'O significado da figura de Ulisses no *Filoctetes*', *Humanitas* 31-32 (1979-1980) 115-139.

⁶ Vide W. JAEGER, *Paideia*, trad. franc., I, Paris, 1964, p. 65.

rei, a par da sua humanidade, que a expressão «pastor de povos» traduz; a importância dos *exempla*, tirados das acções dos heróis míticos do passado, que ditam normas e critérios de orientação para o presente; enfim, o valor do modelo e a educação pelo paradigma, em que à arte da palavra se alia «a moral heróica da honra»⁷. São estes também princípios basilares do Humanismo, retórico e doutrinário, e da pedagogia humanista.

Na *Iliada* — traduzida para latim desde o *Quattrocento* italiano por autores como Leonzio Pilato, Lorenzo Valla, Angelo Poliziano e, entre nós, provavelmente D. Jerónimo Osório —, os humanistas recolhem conceitos e normas de carácter ético-político. É na *Odisseia*, contudo, que se desenha uma personalidade em formação, Telémaco — que inspira Fénelon, no romance *Télémaque*. Além disso, neste poema se descrevem, na sua diversidade sociopolítica, quatro ambientes palacianos, em tempo de paz, onde as boas maneiras, a urbanidade, a excelência intelectual e social suprem a falta da lei positiva.

Assim se compreende que Baltasar Gracián, teorizador do ideal «do homem discreto», que se impôs no século XVII, atribua aos *Poemas Homéricos* um significado alegórico e moral — tal como já acontecera na época helenística — e considere que o melhor guia de conduta na corte não é qualquer das obras contemporâneas, destinadas a este uso, mas a *Odisseia* de Homero.

Na verdade, o processo da evolução espiritual do homem do Renascimento e as novas experiências culturais e humanas, em que se realizza, participam, de forma intrínseca, da mundividência da Antiguidade clássica e dos valores ético-políticos que a sustentam. Não é sem razão, por isso, que os humanistas citam os autores greco-latinos e se servem de passagens da sua obra como premissas de argumentação, ou como simples trechos que embelezam e dão autoridade ao pensamento exposto.

Entre a produção literária pedagógica dos autores portugueses, significativa, no que toca à frequente citação de autores clássicos, que enroupa o discurso e confere dignidade ao tema, é a *Doutrina de Lourenço de Cáceres ao Infante D. Luís*⁸. A escolha da figura de Hércules — que se

⁷ Vide M. HELENA DA ROCHA PEREIRA, *Estudos de história da cultura clássica*, I, *Cultura Grega*, Lisboa, 1993, p. 151; H. I. MARROU, *Histoire de l'éducation dans l'Antiquité*, Paris, Éditions du Seuil, 1965, p. 41.

⁸ Entre os gregos figuram repetidamente, nesta obra, autores como Homero, Hesíodo, Tucídides, Platão, Aristóteles, Isócrates, Xenofonte, Plutarco. Entre os latinos contam-se, por exemplo, Cícero, Virgílio, Valério Máximo, Séneca, Juvenal. Vide *Filosofia de príncipes apanhada das obras de nossos portugueses*, por BENTO JOZÉ DE SOUZA FARINHA, Lisboa, 1786, *passim*.

prende à tradição cínico-estóica — e dos seus trabalhos adquire uma carga simbólica e ilustra finalmente o motivo da «resplandecente glória, que por fama de excelentes obras se alcança». Em contrapartida, uma obra extensa como é o *De regis institutione et disciplina*, de D. Jerónimo Osório, comporta um número muito reduzido de citações⁹. Um convívio assíduo com os clássicos permite ao sábio Bispo de Silves assimilar a mensagem dos autores da Antiguidade e utilizá-la correntemente no seu discurso, sem que a citação lhe ocorra sempre. Mais expressivo, por isso, se torna o aproveitamento frequente que faz dos poetas latinos e gregos, nesta obra.

Motivos, ideais e normas de conduta, colhidos da pena de Homero e de outros poetas gregos, Hesíodo, Sólon, Teógnis de Mégara, dos trágicos, sobretudo Eurípides, encontram-se neste tratado de Osório. No que se refere a Homero, além das diversas referências que lhe são feitas¹⁰, a própria estrutura do tratado segue o desenvolvimento das funções do rei homérico, sacerdote, orador, juiz e chefe militar¹¹.

Hesíodo, a quem se deve o primeiro poema didáctico significativo, os *Trabalhos e Dias*, dirigido a um destinatário concreto, o seu jovem irmão Perses, ensina que a vida é trabalho e justiça. Osório reporta-se, contudo, à *Teogonia* e apresenta o seu autor como autoridade na defesa da origem divina dos reis¹².

Sólon — a quem cabe a definição da justiça no seu significado pleno de fundamento sagrado da vida social e política, princípio imanente e alma da *polis*, como a irão conceber os autores do século IV — surge nos tratados humanistas como o modelo do legislador, que traduz o ideal do rei culto e avisado, capaz de ditar leis e ser ele próprio «lei animada»,

⁹ HIERONYMI OSORII LUSITANI, Episcopi Sylvensis, *De Regis institutione et disciplina* Lib. VIII. Ad Serenissimum et inuictissimum Portugaliae Regem Sebastianum, Olysippone, Ex officina Ioannis Hispani, 1571 (cólofon: Olysipponae, excudebat Franciscus Correa ampliss. et Sereniss. Cardi. Infan. Typogra. A. 1572 M. Ianu. D. 22.). Utilizamos, nas citações desta obra, os *Opera omnia*, editados pelo seu sobrinho e homónimo: HIERONYMI OSORII LUSITANI, Episcopi Algarbiensis, *Opera omnia*, Hieronymi Osorii nepotis Canonici Eborensis diligentia. In unum collecta, et in Quattuor volumina distributa. Ad Philippum I Portugaliae regem inuictissimum. Romae, Ex Bibliotheca Georgij Ferrarij MDXCII. (Citado: *Opera omnia*, número do tomo, de coluna e respectiva linhas do texto).

¹⁰ Já no *De nobilitate ciuili*, Osório dirigira elogios a Homero e transcrevera seqüências de versos da *Iliada* (H. OSORII, *Opera omnia* cit., I. 13. 30-43 e I. 12. 3-5; I. 12.18-23). No *De regis institutione et disciplina*. (H. OSORII, *Opera omnia* cit., I. 346.20; 365. 45-46 e 50 e I. 348.60; I.450. 42-43 e I.455.54 e sqq.).

¹¹ H. OSORII, *Opera omnia* cit., I. 472. 62-473.33.

¹² H. OSORII, *Opera omnia* cit., I., 455.54 e sqq.

νόμος ἔμψυχος¹³ Este princípio, colhido na filosofia helenística, encontra-se formulado, entre nós, desde o direito visigótico, surge na prosa de Fernão Lopes¹⁴ e informa o ideário das representações figurativas, que ilustram as *Ordenações régias*¹⁵. Mesmo quando a posição dos romanistas, no sentido de que o príncipe não deve ser sujeito ao cumprimento da lei¹⁶, condiciona a expressão dos nossos autores, a fidelidade do príncipe à lei não é abalada¹⁷.

Ao legislador-poeta da época arcaica se deve a reflexão moldada na norma mais constante do pensamento grego e definidora do génio helénico — o imperativo da medida, do justo meio, que Aristóteles consagra na *Ética a Nicómaco* e transmite sobretudo através de S. Tomás à Baixa Idade Média e à Idade Moderna.

Sólón é enaltecido no tratado de D. Jerónimo Osório, pelo seu papel de estadista e educador dos atenienses. O princípio do *μηδὲν ἄγαν*, do *nihil nimis*, não poderia também deixar de surgir nesta obra dedicada a D. Sebastião que, no querer e no agir, «no amar e no aborrecer», não conhecia medida¹⁸.

É ainda a época arcaica que vê nascer um género, que conhecerá grande fortuna no Renascimento europeu — a literatura de sentenças. Refiro-me às máximas de Focílides, um guia universal de conduta na vida, e à colecção de sentenças de Teógnis de Mégara, dirigidas ao jovem Cirno, onde enuncia os princípios essenciais da cultura e da educação nobre. Mais do que a expressão do seu pensamento pessoal, os versos de

¹³ Este motivo do rei considerado lei animada, a que se obriga a obedecer, pertence à tradição neopitagórica da fase final da época helenística e encontra-se nos *Excerpta* que Estobeu conservou.

¹⁴ Sobre a *lex Wisigothorum*, vide DAVIDE BIGALLI, '«Justitia» e «consensus»: figure del sovrano nel Cinquecento Portoghese', in *Ragione e «civilitas», Figure del vivere associato nella cultura del '500 europeo*, di J.-C. MARGOLIN et alii, Milano, 1986, p. 96 e sqq., maxime p. 101.

Vide e. g. FERNÃO LOPES, *Crónica de D. Pedro I*. Com introdução de Damião Peres. Barcelos, 1932: No seu prólogo assim se pronuncia: «...ca as leis som regra do que os sogeitos am de fazer e som chamadas príncipe nom animado e o Rei he príncipe animado [...] a lei he príncipe sem alma, como dissemos, e o príncipe he lei e iregra da justiça com alma» (p. 4-5).

¹⁵ Vide ANA MARIA ALVES, *Iconologia do poder real no período Manuelino*, Lisboa, 1985.

¹⁶ Cf. *Digesto*, I, 4, *De Const. princ.*, 1 (Ulpiano): *quod principi placuit, legibus habeat uigorem*, ou *Digesto* I. 3. 31: *princeps legibus solutus est*.

¹⁷ Vide NAIR DE NAZARÉ CASTRO SOARES, *O príncipe ideal no século XVI e a obra de D. Jerónimo Osório*, Coimbra, 1994, p. 243-245.

¹⁸ H. OSORII, *Opera omnia* cit., I. 288.12.

Teógnis recolhem as doutrinas que pertencem à tradição da sua casta e eram transmitidas de pais a filhos.

Teógnis é citado no tratado de Osório em tradução latina, para abonar da importância que têm a conversação e a convivência com homens doutos e íntegros na aquisição da prudência e da sabedoria¹⁹.

Este ideal aristocrático é cantado por Píndaro nas suas odes, designadamente na *I.ª Ode Pítica*, cuja quarta tríade foi considerada por H. Fränkel «uma gnómica que toma a forma de um espelho de príncipes»²⁰.

Também os tragediógrafos do século V, ao porem em cena a vida dos grandes do mundo, revelam nos seus versos a permanência destes mesmos valores, que se impõem como paradigmas de comportamento humano.

Eurípides está representado, logo no exórdio do *De regis institutione et disciplina*, por um dito de Etéocles, que, num maquiavelismo «avant la lettre», identifica conveniência com recta conduta²¹. Os versos de Eurípides, o discípulo do filósofo Anaxágoras, serviram de ilustração ao pensamento filosófico desde a Antiguidade à Alta Idade Média e ao Renascimento.

Isto sem esquecer, nesta época, a importância da obra do último dos trágicos, divulgada pelas edições aldinas, na formulação dos padrões estéticos da dramaturgia renascentista, em autores como Trissino e António Ferreira²².

Aliás, é nesta altura que as diferentes formas poéticas, a epopeia, o poema didáctico, a elegia, a ode, a tragédia — que, desde a Antiguidade grega, deixam transparecer, nos seus aspectos ideológicos e conceptuais, toda uma tradição aristocrática —, vão ser frequentemente utilizadas pelos poetas do Renascimento.

E nem outra coisa seria de esperar, se lembrarmos o papel conferido, à poesia e à arte poética, integrada como a retórica na disciplina da gramática, quer nos tratados de educação de príncipes, quer na *ratio studiorum* dos colégios humanistas. As obras dos poetas clássicos gregos e latinos, que se impuseram como modelos retóricos, estéticos e doutrinários, eram divulgadas, quer na língua original, quer em tradução, através de edições saídas nos prelos mais famosos da Europa, como os de Aldo Manúcio, em Veneza, os de Froben, em Basileia, e os de Robert Étienne,

¹⁹ H. OSORII, *Opera omnia* cit., I. 440. 16-20.

²⁰ Apud M. HELENA DA ROCHA PEREIRA, *História da cultura clássica*, I — *Cultura Grega* cit., p. 235.

²¹ Vide *Eurípides*, Ph. 524-525 (cf. H. OSORII, *Opera omnia* cit., I. 254. 21-26).

²² NAIR DE NAZARÉ CASTRO SOARES, 'A Castro à luz das suas fontes — novos dados sobre a originalidade de Ferreira', *Humanitas* 35-36 (1983-1984) 271-348.

em Paris. Outras oficinas lhes seguiriam o exemplo, mesmo as mais modestas, instaladas junto das instituições universitárias ou a elas adstri-tas. Muitas são as edições, por vezes com intuitos meramente escolares de poetas, sobretudo latinos, que o ensino privilegiava — Terêncio, Ovídio, Virgílio, Horácio. Era esta a ordem por que eram estudados no Colégio de Bordéus, a *Schola Aquitanica*, como se pode ver no seu regulamento, da autoria do Principal André de Gouveia, que veio fundar em Coimbra o Colégio das Artes, em 1548²³.

A Isócrates, nas suas instruções *A Nicocles*, fizeram os humanistas remontar a mais antiga tradição da tratadística pedagógico-política, o género do *speculum principis*, que a Idade Média consignou, sobretudo a partir da época carolíngia, e que foi o primeiro instrumento de instrução laica, a par dos *Livros de Horas*²⁴.

A actualidade da mensagem de Isócrates no Renascimento justifica o empenhamento colectivo dos humanistas na sua divulgação²⁵: Erasmo, Rudolfo Agrícola, Thomas Elyot, Luis Vives, Pedro Mexia, Louys le Roy traduzem, imitam e adaptam obras deste autor, com intuitos pedagógicos²⁶. Significativo, neste particular, é o testemunho de Erasmo, que não só verte em latim a oração *Ad Nicocles*, como confessa tê-la tomado como modelo da sua *Institutio principis christiani*. Foi a partir desta obra do grande huma-nista e pedagogo de Roterdão que se difundiu na Europa o gosto pela trata-dística pedagógico-política, de raiz italiana, a que Francesco Patrizi Senense, no *Quattrocento*, tinha dado uma formulação sistemática²⁷.

²³ *Schola Aquitanica*. Regulamento de estudos de André de Gouveia, publicado em Bordéus por E. VINET, Coimbra, 1941.

²⁴ Na opinião dos humanistas, e entre eles Erasmo, remonta a Isócrates esta tratadística. É sobretudo nas instruções a Nicocles (*Ad Nicoclem de regno; Nicocles seu suasoria*) e a Demonico (*ad Demonicum*) — que a crítica moderna lhe não atribui — e no elogio de Evágoras (*Evagorae laudatio*) que Isócrates expõe uma verdadeira teoria do poder real.

²⁵ Vide LUCIA GUALDO ROSA, *La fede nella «paideia»: aspetti della fortuna europea di Isocrate nei secoli XV e XVI*, Roma, 1984.

²⁶ Erasmo traduz na língua latina *Ad Nicoclem* e confessa tê-la tomado como modelo da sua *Institutio principis christiani*. Thomas Elyot, o autor de *The governour*, verte-a em língua inglesa. Rudolfo Agrícola faz a tradução latina de *Ad Demonicum*. Pedro Mexia serve-se da obra de Agrícola para fazer a versão espanhola desta oração, que intitula *Parenesis ó exortacion à virtud*. Luis Vives traduz em latim o *Areopagítico*, que se referia especificamente à problemática da democracia ateniense. Louys le Roy verte em francês as três orações de Isócrates, de carácter pedagógico-político, *Ad Nicoclem*, *Nicocles seu suasoria* e *Ad Demonicum* e as obras de Xenofonte que com estas se aparentam ideologicamente, a *Ciropedia* e a *Oração em louvor de Agesilau*, rei dos Lacedemónios.

²⁷ F. PATRICII SENENSIS *De institutione reipublicae libri IX*. Ad Senatium profulumque senemsem Scripti... Argentorati, Impensis Lazali Zetzeneri Bibliopol.,

Tal como Isócrates, também Xenofonte é autor de um tratado de educação de príncipes, a *Ciropedia*. A importância que esta obra adquire em Portugal, nos alvares da Idade Moderna, deve-se à primazia que nela é dada, entre outras virtudes, à justiça e ao exercício das armas, que se ajustam com perfeição ao ideal cavaleiresco da realeza e ao ideal do príncipe cavaleiro cristão, que então vigoravam²⁸.

Contemporâneos destes autores são Platão e Aristóteles, que, pelo espírito universal das suas obras, lançaram as bases teóricas e filosóficas de uma problemática pedagógica e ético-política intemporal.

Aristóteles, filósofo da vida activa e educador de Alexandre, apesar das considerações feitas em obras representativas como a *Retórica*, dedica especialmente à formação do homem de estado e do cidadão comum a *Política*, a *Ética a Nicómaco* e a *Ética a Eudemo*. Platão ocupa-se da educação da juventude, sobretudo na *República* e nas *Leis*. A organização social que preconiza e a aquisição das virtudes cívicas, em que sobressai a justiça resultante da harmonia entre todas elas, são aspectos marcantes da sua filosofia política que o humanismo renascentista irá recolher.

Entre nós, a importância conferida a estes autores em matéria de pedagogia é explicitamente revelada por André de Resende, na sua oração de sapiência, proferida na Universidade de Lisboa, em 1 de Outubro de 1534.

Ao fazer o elogio das *humaniores litterae*, refere-se em último lugar à teologia, a rainha de todas as disciplinas, como convinha a um seguidor de Erasmo²⁹. Assim, depois de ter afirmado, numa reminiscência do *Pro Archia* de Cícero, que «o estudo das letras é muito necessário para recrear o espírito, viver a vida civil, e proteger entre si a comunidade dos

MDCVIII; F. PATRICII SENENSIS *De regno e regis institutione libri IX. Ad Alphonsum Aragonium inclytum ac celeberrimum Calabriae Ducem scripti...* Argentorati, Impensis Lazari Zetzeneri Bibliopol. MDCVIII. Sobre este autor e a sua obra, vide NAIR DE NAZARÉ CASTRO SOARES, *O príncipe ideal no século XVI* cit., p. 113-115.

²⁸ Na corte de Borgonha, ao serviço da duquesa Isabel, filha de D. João I, Vasco de Lucena traduz para francês a *Ciropedia* de Xenofonte, a partir da versão latina de Poggio. Decorrido um século, Diogo de Teive faz a tradução desta obra, hoje desaparecida. Entre os autores quinhentistas todos a citam ou parafraseiam, como é o caso de D. Jerónimo Osório, em obras como o *De gloria* (e.g. I. 192. 50 e sqq.), ou o *De regis institutione et disciplina* (e.g. *Opera omnia* cit., I. 375. 34 e sqq.; I. 485. 50 e sqq.). Entre os tradutores famosos da *Ciropedia* figuram os humanistas P. C. Decembrio, Lorenzo Valla, Filelfo, Poggio.

²⁹ Sobre o «Erasmismo teológico» vide J. V. DE PINA MARTINS, *Humanismo e Erasmismo na cultura portuguesa do século XVI. Estudo e textos*, Paris, 1973, p. 112-136; J. S. DA SILVA DIAS, *Correntes de sentimento religioso em Portugal*, I, Coimbra, 1960, p. 189-191.

homens», considera que também a teologia deve adornar-se do «brilho e elegância de expressão, que os antigos sempre juntaram à piedade». Por isso aconselha que «entre as divinas letras se misturem os princípios do divino Platão e os do grande Aristóteles»³⁰.

Ainda o Humanista Eborense, na sua epístola em verso *De uita aulica*, dedicada em 1535, a Damião de Góis — outro português que pertenceu à «Família erasmiana» —, se queixa da nefasta influência dos juriconsultos que pretendem que o rei D. João III «leia de preferência o direito, o que dizem o sábio Bártolo, o sagaz Baldo e o eloquente Acúrsio». É então que comenta a largueza de horizontes e de perspectivas, que lhe trariam os filósofos gregos do Liceu e da Academia, que André de Resende, na linha de Giovanni Pico della Mirandola, considera convergentes na sua doutrina. São suas estas palavras:

«O rei, por sua inclinação, propenso à honesta sabedoria, tinha um grande desejo de conhecer o que haviam dito outrora o subtil Aristóteles, o agradável Platão, visto como não sucumbem a parcialidades, nada ambicionam nem receiam, e não fazem, com má astúcia, que o justo pareça injusto...»³¹.

Ainda no domínio da pedagogia régia, D. Jerónimo Osório, no seu *De regis institutione et disciplina*, sem deixar de seguir criteriosamente os princípios teóricos aristotélicos, que se impuseram desde Cícero e S. Tomás, privilegia a mensagem espiritual de Platão.

Como este filósofo, entende o Bispo de Silves, na *peroratio* do seu tratado — *finis coronat opus* — que é impossível atingir a sabedoria sem o conhecimento das letras, aliado à contemplação, à especulação metafísica, cujo objecto é a Divindade, o supremo bem de Platão.

Numa palavra, a literatura pedagógica humanística privilegia, como referência estética e doutrinária: o ensino elementar, nas *Leis*, o ensino superior, ministrado à classe dos dirigentes, na *República*, a que os livros VII e VIII da *Política* de Aristóteles servem de complemento; a *Ciropedia* de Xenofonte; a obra parenética de Isócrates; a obra retórica e filosófica de Cícero, «o pai do Humanismo», sem esquecer a *Carta a seu irmão Quinto*; a produção de Séneca, as suas tragédias, epístolas, tratados de filosofia moral e, entre eles, o *De clementia*, que escreve para o discípulo

³⁰ ANDRÉ DE RESENDE, *Oração de sapiência (Oratio pro rostris)*. Tradução de Miguel Pinto de Meneses. Introdução e notas de A. Moreira de Sá, Lisboa, 1956, p. 50-53.

³¹ A tradução é de AMÉRICO DA COSTA RAMALHO, *Latim renascentista em Portugal (Antologia)*, Coimbra, 1994, p. 196-197.

Nero; o *Panegírico de Trajano* de Plínio-o-Moço; a *Historia natural* de Plínio-o-Velho que, pelo teor das suas informações de carácter científico, se tornou verdadeiro «best-seller», na época dos Descobrimentos; a *Institutio oratoria* de Quintiliano, que impõe o ideal humanístico do *uir bonus dicendi peritus*³²; em língua grega, as obras de Plutarco e Diógenes Laércio, verdadeiras enciclopédias de saber, que satisfazem a curiosidade dos humanistas pela vida das grandes figuras da Antiguidade e transmitem o pensamento das diversas escolas filosóficas; por último, *ultior quam prior*, a mensagem dos poetas.

É inegável que os princípios orientadores de toda a pedagogia clássica são o resultado de um processo de espiritualização do homem, integrado no cosmos social. O legado da cultura grega no mundo romano e o génio da sua reelaboração nos autores latinos, da República ao Império, que a Patrística assimila, deixaram marcas indeléveis na cultura ocidental, de que o Humanismo Renascentista é o afloramento mais expressivo.

A tradução, considerada indispensável como instrumento do saber clássico, tem início no século XV. Torna-se notável, nesta altura, o papel pioneiro desempenhado pelo papa Nicolau V, o fundador da Biblioteca Vaticana. Os autores gregos eram agora divulgados em latim pelas traduções de humanistas de renome, em que se destacam as de Leonardo Bruni e Marsílio Ficino. O valor e significado destas traduções na orientação cultural e espiritual do movimento humanista, que se afirmava em Itália, são verdadeiramente notáveis³³. Basta lembrarmos, por exemplo, a afirmação do neoplatonismo na Academia platónica florentina, que nasceu do conhecimento aprofundado da obra de Platão, que as versões de Marsílio Ficino, feitas sob a égide de Lorenzo de Médicis, propiciaram³⁴. Ou o afloramento do averroísmo paduano, que teve como suporte as traduções de humanistas, como Leonardo Bruni, à obra de Aristóteles, e conheceu em Pomponazzi, no séc. XVI, o seu principal defensor. Ou ainda a difu-

³² *Inst. orat.* 12. 1, 1.

³³ Vide AUGUST BUCK, *L'eredità classica nelle letterature neolatine del Rinascimento*, trad. ital., Brescia, 1980, maxime p. 88-106.

³⁴ Marsílio Ficino com a *Theologia Platonica*, a versão latina do *Corpus platonium* e os seus importantes e extensos comentários ao *Banquete* de Platão — o *De amore* — e às *Enneades* de Plotino, é o principal responsável pela difusão na cultura europeia do neoplatonismo cristão e pelo proliferar de grande número de diálogos e tratados sobre o amor. Entre os tratados de fonte ficiniana têm para nós o maior interesse sobretudo *Gli Asolani* de Bembo, *Il cortegiano* de Castiglione e os *Dialoghi d'amore* do português Leão Hebreu, pelo aproveitamento que destas obras fizeram autores como Sá de Miranda, Ferreira, Camões.

são do neo-estoicismo, favorecida pela versão latina do *Manual* de Epicteto da autoria de Angelo Poliziano.

Traduções em língua vulgar realizam-se em toda a Europa culta até finais do século XVI, de que são exemplo as versões francesas de Claude Seyssel, Étienne de la Boétie, Amyot e Louys le Roy. Em língua castelhana, as de Diego Gracian de Alderete e, em língua portuguesa, as de Duarte de Resende, Diogo de Teive e D. António Pinheiro. Estes dois últimos humanistas, com a intenção de apoiarem a educação do seu príncipe, traduzem obras de pedagogia política: A *Ciropedia*, o primeiro, a *Carta de Cícero a seu irmão Quinto* e o *Panegírico de Trajano* de Plínio-o-Moço, o segundo³⁵.

Apesar de todo este arsenal de conhecimentos, que o homem culto, o humanista do Renascimento dominava, poderemos afirmar que a partir de Pier Paolo Vergerio (1370-1444), autor do primeiro tratado pedagógico, na verdadeira acepção da palavra — quer pelo teor prático da sua doutrina, quer pela real divulgação que conheceu em toda a Europa —, impunham-se, como cartilha, os seguintes textos clássicos: a obra de Cícero, que, no seu sincretismo, fazia a síntese do pensamento retórico e filosófico da Antiguidade grega; a *Institutio oratoria* de Quintiliano e o *De liberis educandis* de Plutarco.

Não resistimos a referir, a este propósito, a importância das descobertas de textos essenciais da Antiguidade clássica e o empenhamento e afã dos primeiros humanistas na sua busca — Petrarca, Boccaccio, Salutati, Poggio. Conhece-se a correspondência deste último com os monges de Alcobaça, no sentido da aquisição de exemplares existentes neste mosteiro³⁶.

³⁵ Sobre a divulgação destas obras, entre nós, desde o século XV, vide supra n. 28 e infra n. 56. O *Panegírico de Trajano* vai servir de modelo a João de Barros na elaboração do seu *Panegírico de D. João III*, pronunciado em Évora em 1533. Anos mais tarde, em 1541, sai a lume a tradução de D. António Pinheiro, com dedicatória a este mesmo rei.

³⁶ Vide R. SABBADINI, *Le scoperte dei codici latini e greci nei secoli XIV e XV*, 2 vols., Firenze, 1967 [repr. anastática da ed. de 1905]; e ainda o estudo de AIRES A. NASCIMENTO, 'Poggio e o seu interesse por códices de Alcobaça', *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa — Volume de homenagem ao Prof. J. V. de Pina Martins*, 5.^a s. 13-14 (1990) 37-40.

A descoberta de Petrarca das *Epistulae ad Atticum* (1345), seguida da de Coluccio Salutati das *Epistulae familiares*, além de provocarem a controvérsia humanística sobre *imperium* e *respublica* (a glorificação de César ou de Bruto), levam à discussão da figura histórica de Cícero, pensador e cidadão romano. O próprio Petrarca, que viu em Cícero um modelo de renúncia às paixões que dominam na vida pública, escreveu a famosa carta de acusação à sua sombra no Hades. Esta carta, que suscitou a

Foi nesta altura que se encontraram os tratados ciceronianos *De oratore*, *Brutus* e *Orator*, bem como a *Institutio oratoria* de Quintiliano e o *Diálogo dos oradores*, atribuído a Tácito.

Através destes tratados, o homem renascentista aprendia o sentido essencial da retórica, assumida como valor de relação humana e meio de expressão da consciência humanística, que se traduzia na busca de um ideal de estilo, capaz de conferir dignidade e beleza ao discurso. Ganha assim actualidade a ideia de que o estilo é o homem, traduzida na expressão de Sêneca, *talis ratio qualia uerba*³⁷.

No humanismo renascentista, o saber clássico é essencialmente fruto da instituição docente. Se alguns dos primeiros humanistas italianos, a começar por Petrarca, não se encontram directamente ligados à docência, a segunda geração de humanistas e os principais representantes do humanismo europeu são em grande parte indissociáveis da história da pedagogia³⁸.

São eles os autores dos tratados pedagógicos desta época, subsidiários, quer do ponto de vista estético, quer do ponto de vista doutrinal, dos ideais educativos do humanismo greco-latino, que confluem com a ética cristã, numa interdependência e complementaridade entre *humanitas* e *pietas*, a exemplo do que já acontecera com os autores da Patrística.

Menção especial, neste sentido, merece o opúsculo de S. Basílio sobre a forma de ler os clássicos *De legendis antiquorum libris* — que Leonardo Bruni traduz para latim e dedica em 1405 a Coluccio Salutati. Este texto de S. Basílio é frequentemente citado pelos humanistas, o que prova bem a orientação dada à leitura das obras da Antiguidade pagã.

Aliás os autores da Patrística são ensinados nas escolas humanistas, como na de Guarino de Verona, considerado, com Vittorino da Feltre, modelo de educador. Figuram a par dos clássicos na *ratio studiorum* pro-

defesa de Cícero por Coluccio Salutati em 1392, teve uma réplica em 1394 de Pier Paolo Vergerio que, em nome do próprio Cícero, defende o seu espírito cívico e empenhamento político. O sábio estóico das *Tusculanae disputationes*, que prendera a atenção da Idade Média, dá lugar ao homem político e ao enaltecimento da *uita actiua ciuilibis*. Vide PETRARCA, *Epistolae familiares*, Ep. XXIV, 3. Ed. V. ROSSI, vol. IV, Firenze, 1942, p. 226 e sqq.; vide ainda *Epistolario di Pier Paolo Vergerio*. Ed. L. SMITH, *Fonti per la storia d'Italia*, vol. 74, Roma, 1934, p. 436-445.

³⁷ SÉN., *Epist.* 114: *Talis ratio qualia uerba*. Cf. também CIC., *Br.* 30, 117.

Osório, no início do livro III do *De regis institutione et disciplina*, usa uma expressão de sentido idêntico bem reveladora da crença humanista em que a palavra é o homem: (I, col. 320.11-13): *In uita igitur, et officio delinquat, opus est, qui in uerbis, et oratione delinquit.*

³⁸ Cf. A. SCAGLIONE, 'The humanist as scholar and Politian's conception of the «Grammaticus»', *Studies in the Renaissance* 8 (1961) 49-70.

posta pelos tratadistas e merecem ser comentados e editados, desde o *Quattrocento* italiano, designadamente por Erasmo³⁹.

Santo Agostinho, com Cícero e Séneca, moldou a alma de Petrarca, o primeiro humanista. Além disso, a concordância entre a doutrina de Cícero no *De oratore* e a de Santo Agostinho no *De doctrina christiana* tornou-se pedra angular na definição de uma estética retórica cristã — de que é expoente máximo, no século XVI, a obra de Erasmo — bem como de uma oratória eclesiástica tridentina.

O ideal humanista do orador ciceroniano, sacralizado pela pena do bispo de Hipona e imbuído da espiritualidade do *Ecclesiastes* do Humanista de Roterdão, vai alimentar o discurso humanista do século XVI e ainda a teorização da *ars concionandi*, de que é exemplo, entre nós, Frei Luís de Granada⁴⁰.

2. REFLEXOS DO QUATTROCENTO

A crença na perfectibilidade do homem através da educação, uma segunda natureza, e na possibilidade da virtude ser ensinada — que os humanistas do *Quattrocento* herdaram dos autores da Antiguidade greco-latina — leva à enunciação de toda uma preceptística, que orienta o homem desde o nascimento até à idade adulta, com a intenção de o formar integralmente, na sua dualidade corpo e espírito. A antinomia νόμος/φύσις, que foi debatida no século V, em Atenas, é de novo equacionada⁴¹.

São os primeiros humanistas italianos, empenhados na vida pública das suas cidades e na formação integral dos concidadãos, que impõem ao mundo culto os padrões de uma educação aristocrática. Os *studia humanitatis* dão o maior valor ao elemento pessoal. Deixam de limitar o seu âmbito aos *auctores* medievais e abrem-se à literatura, à filosofia e até à arte da Antiguidade clássica. O novo *curriculum*, alargado à história, à

³⁹ O interesse pelos Padres da Igreja, no *Quattrocento* italiano, que Erasmo herdou, e a sua importância no pensamento e na espiritualidade humanistas, na definição da *docta pietas*, da *philosophia Christi* erasmianas, vide J. V. DE PINA MARTINS, *Humanismo e Erasmismo na cultura portuguesa do século XVI* cit., p. 116.

⁴⁰ Sobre a definição do ideal estético-doutrinal da oratória cristã, vide M. FUMAROLI, *L'âge de l'éloquence*, cap. III, maxime p. 138 e sqq.; ANÍBAL PINTO DE CASTRO, *Retórica e teorização literária em Portugal*, Coimbra, 1973, maxime p. 32 e sqq.;

⁴¹ Vide W. K. C. GUTHRIE cit., p. 21-24, 55-134.

poesia, à ética e às artes da pintura, escultura, arquitectura e desenho, figura já no *Panepistemon* de Angelo Poliziano⁴².

Intencionalmente, a filosofia moral torna-se um traço característico da vida intelectual deste período, de par com o conhecimento da história e do direito, disciplinas que preparam para a vida activa⁴³. Fizera-se ouvir a voz de Cícero, no *De oratore*, que acreditava na importância da lição dos Antigos, na força dos seus *exempla*, no conhecimento do direito civil, por isso os recomendava na formação do orador⁴⁴.

Esta mensagem entendeu-a bem Coluccio Salutati, no seu *De nobilitate legum et medicinae*, onde faz a exaltação da vida da *ciuitas*, que as leis ordenavam ao bem comum. Na linha da tradição aristotélico-tomista, em convergência com a doutrina platónica, e sob o signo do franciscanismo e do scotismo, Salutati será o pregoeiro do ideal de vida activa e integrará com Leonardo Bruni e Leon Battista Alberti a primeira geração do humanismo civil italiano⁴⁵.

Na verdade, o interesse que o direito romano suscitava na Europa, de que foram intérpretes os primeiros humanistas, foi um dos aspectos essenciais na evolução do processo histórico⁴⁶.

A *communis opinio*, que se impunha aos juristas medievais como critério de verdade, é substituída pela perícia interpretativa dos humanistas, com base no conhecimento das *bonae litterae* e no uso da ciência dialéctica. Em Itália, Lorenzo Valla, e a seguir Poliziano, são os primeiros a aplicar o método filológico na interpretação do direito justinianeu, cheio de incoerências e aspectos nebulosos.

Também entre nós se verificou o incentivo do estudo do Direito, nos alvares do nosso humanismo. Aliás cabe ao próprio rei esse incentivo, ao colocar nos cargos importantes da administração do reino juristas formados sobretudo em Bolonha.

⁴² PETER BURKE, *The italian Renaissance (culture and society in Italy)*, Cambridge, 1987, p. 51-62.

⁴³ Vide e. g. P. O. KRISTELLER, 'Umanesimo filosofico e umanesimo letterario', *Lettere Italiane*, 14 n.4 (1962) p. 391; sobre a dimensão histórica e jurídica do humanismo quatrocentista italiano, vide e.g. D. R. KELLEY, 'Legal humanism and the sense of history', in *Studies in the Renaissance* 13 (1966) 184 e sqq.

⁴⁴ CIC. *De or.* 1.5: *Tenenda praeterea est omnis antiquitas, exemplorum uis, neque legum aut iuris ciuilis scientia negligenda est.*

⁴⁵ Vide B. L. ULLMAN, *The humanism of Coluccio Salutati*, Padova, 1963, p. 28 e sqq.

⁴⁶ Vide B. L. WALTER ULLMANN, *Radici* cit., e. g. p. 71; 136; 208-209; 222-225; FRANCESCO COLASSO, 'Umanesimo giuridico', *Umanesimo e Scienza politica (Atti del Congresso Internazionale di Studi Umanistici, Roma-Firenze, 1949)*, a cura di Enrico Castelli, Milano, 1951, p. 57-58.

A própria Universidade portuguesa, produto da sensibilidade e das concepções científicas medievais, mantivera, desde a fundação por D. Dinis até ao século XV, a mesma estrutura e o mesmo plano de estudos. Conhece-se, no entanto, por uma carta régia de 25 de Outubro de 1400, que os estudos jurídicos começam a ser privilegiados, talvez por influência do famoso jurista formado em Bolonha, o Dr. João das Regras, a quem D. João I dera o *encarrego* do Estudo. A *tabua legentium*, em vez da cátedra única, que existia para cada disciplina, regista agora três cátedras de Leis, três de Cânones e duas de Lógica. A Teologia — que figurava pela primeira vez no *curriculum* universitário —, a Gramática e a Medicina tinham cada uma a sua cátedra⁴⁷.

Se podemos considerar que, neste novo plano de estudos, a preferência dada à Lógica sobre a Gramática e a ausência das disciplinas do *quadrivium* são marcas profundas de medievalidade, o incremento do estudo do direito e a integração da Teologia no *curriculum* universitário — disciplina ministrada até essa altura nos conventos de franciscanos e domínicos — apontam no sentido da actualização do ensino. Neste prisma se pode encarar também a gradual importância concedida à Gramática, que, no decurso da segunda década do século XV, passou a ser leccionada por quatro lentes⁴⁸.

Apesar destas medidas, o ensino em Portugal apresenta-se por demais carenciado em relação à Europa. Reconhece-o o infante D. Pedro, o mais culto da Ínclita Geração. No *Livro da Virtuosa Benfeitoria*, dentro da sua concepção ética dos «deveres do senhoryo», e ainda na famosa carta de Bruges, escrita entre 1424 e 1428 e dirigida ao futuro rei D. Duarte, tece D. Pedro considerações de singular interesse sobre uma reforma estrutural profunda do ensino, conforme o modelo dos Colégios de Paris e Oxford, que então visitara. Em seu entender, não só o clero possuiria uma instrução mais sólida, benéfica ao desempenho do seu *munus*, como ainda se corrigiria o povo, cresceriam os letrados e as ciências, o que seria muito proveitoso à administração régia. É notável a modernidade do seu pensamento pedagógico, antropológico e sociopolítico, expresso embora numa lógica discursiva, própria das *quaestiones* medievais. Apesar disso, a sua prosa é semeada de expressões de um colorido e de uma graça imagética surpreendentes⁴⁹.

⁴⁷ JOAQUIM DE CARVALHO, *Obra completa*, VII vols., Lisboa, 1978-1992: vol VI, p. 6 e sqq.

⁴⁸ *Ibidem*.

⁴⁹ Vide a este propósito o meu estudo 'A *Virtuosa Benfeitoria*, primeiro tratado de educação de príncipes em português', *Actas* do «Congresso Comemorativo do 6.º Centenário do Infante D. Pedro» (25 a 27 de Novembro de 1992), in *Biblos* 49 (1993) 289-314.

Talvez devido a interesses consolidados e a certa resistência dos costumes — tem-se observado — nem D. Duarte, nem o infante D. Henrique, como protector da Universidade, nem o próprio infante D. Pedro, nos curtos anos da sua regência (1440-1446), levam a efeito tal reforma.

Sabe-se, contudo, que o Duque de Coimbra, ao morrer em Alfaroqueira, sepultava consigo o sonho de ver erguer, na capital do seu ducado, uma universidade. A lápide que assinalou, há cerca de 600 anos, a cerimónia da fundação (1443), permanece ainda como testemunho e documento histórico⁵⁰.

É caso curioso, em carta régia de el rei D. Afonso V, assinada em Sintra, em 1450, no ano que se seguiu à morte do Infante, escreve o Africano que «por convir que não houvesse em Portugal uma só universidade» e dado que «as sciencias e a sabedoria a nenhum outro dom podem ser comparadas», «teemos por bem e hordenamos que daqui em diante aia na nossa cidade de coimbra estudo jeeral, e que se leam as sciencias nas escolas que estam junto com os nossos paaços della». «E queremos que aiam os priuilegios e liberdades que tem o nosso estudo que está em a nossa cidade de lixboa»⁵¹. Nada se concretizou.

Cabe a um particular, mestre em Artes e lente de Leis, no Estudo de Lisboa, o Dr. Diogo Afonso Mangacha, a instituição de um colégio, segundo as aspirações do «Infante das sete partidas», que incluiria estudantes carenciados de meios, dentro duma orgânica que lembra a célebre escola *Giocosa* de Vittorino da Feltre. Pouco mais durou do que uma década e os seus bens foram incorporados na Universidade⁵².

É em 1431, com o infante D. Henrique por protector, que a universidade portuguesa vai adquirir instalações próprias e ver promulgados os primeiros estatutos, de que há notícia — que, aliás, estão na base de todas as reformas até aos estatutos pombalinos.

O plano curricular é estruturado e vai incluir a partir de agora as disciplinas do *quadrivium* (a Aritmética, a Geometria, a Astronomia e a Música) e a Filosofia Natural e Moral, ou seja, a filosofia de Aristóteles.

⁵⁰ A. NOGUEIRA GONÇALVES, 'Sapiência. Identificação da lápide da sapiência', *Actas do «Congresso Comemorativo do 6º Centenário do Infante D. Pedro»* cit. p. 363-365. A lápide encontra-se actualmente no Museu Machado de Castro e a sua réplica no Instituto de Estudos Clássicos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

⁵¹ Cf. *Carta regia d'el rei D. Affonso V* (Liv. 8 da Estremadura, fol. 287.º v., e liv. 3.º de Místicos, fol. 103.º, na Torre do Tombo). Esta carta vem transcrita em D. ANTONIO DA COSTA, *História da instrução popular em Portugal*, Porto, 21900, p. 53-54.

⁵² JOAQUIM DE CARVALHO, *Obra completa*, vol. VI, p. 10-11.

Assim se contemplavam o estudo científico e a observação da natureza, saberes indispensáveis à empresa dos Descobrimentos⁵³.

Muito embora se afigure notável este interesse em proceder à reforma da Universidade portuguesa, de acordo com as necessidades da época, continua a observar-se a presença dos nossos estudantes nas universidades estrangeiras, nomeadamente em Itália. Desde longa data se estabelecem relações com este país, quer através de estudantes que cursam nas suas universidades, quer através de figuras prestigiadas, no exercício de funções diplomáticas na cúria papal, ou mesmo como membros de ordens religiosas aí sediadas. Conhecido se torna, assim, o papel desempenhado por portugueses que frequentaram as universidades de Pádua e de Bolonha, nos dois primeiros decénios do século XV, tais como Afonso Garcia Domingues, Gomes Pais, Estêvão Afonso, que mereceram rasgados elogios a famosos humanistas italianos, seus colegas, e entre eles Poggio Bracciolini e Guarino de Verona⁵⁴.

D. Gomes Ferreira da Silva acolhe na sua abadia, em Florença, o Infante D. Pedro, que aí se relaciona com humanistas como Ambrogio Traversari, que dedica — *ad Infantem Petrum Lusitaniae Principem* — a tradução do *De Providentia* de S. João Crisóstomo⁵⁵. Não poderemos ignorar que Ambrogio Traversari, integrado no círculo de amizades de famosos pedagogos do *Quattrocento*, é autor de uma vasta correspondência com o escol intelectual da época, documentário seguro e indispensável para se avaliar da pedagogia praticada na «Giocosa» de Vittorino da Feltre.

Outras figuras de prestígio da primeira metade do século XV, cuja actividade político-literária se prolongou até quase ao fim do século, são

⁵³ *Ibidem*, p. 12 e sqq.

⁵⁴ Têm chamado a atenção desta realidade cultural os estudos dos Professores J. V. DE PINA MARTINS, *Humanisme et Renaissance de l'Italie au Portugal. Les deux regards de Janus*, II, p. 407-448; A. MOREIRA DE SÁ, *Humanistas portugueses em Itália*, Lisboa, 1983; e A. DOMINGOS DE SOUSA COSTA, 'Estudos superiores e universitários em Portugal no reinado de D. João II', *Biblos* 63 (1987) 253-334.

⁵⁵ AMBROSII TRAVERSARII, *Generalis camaldulensium aliorumque ad ipsum, et ad alios de eodem Ambrosio Latinae epistolae a domno Petro Canneto abbate camaldulensi in libros XXV tributae variorum opera distinctae, et observationibus illustratae. Adcedit eiusdem Ambrosii vita in qua historia litteraria Florentina ab anno MCXCII usque ad annum MCCCCXL. Ex monumentis potissimum nondum editis deducta est a Laurentio Mehus etruscae academiae cortonensis socio. Florentiae ex Typographio Caesareo MDCCLIX. No Vol. I, p. CCCXC (Vita Ambrosii Generalis Camaldulensium)*, é dada relação dos códices onde se encontra esta tradução com um *Praefatio ad Petrum Principem Lusitaniae*.

Vasco de Lucena e Vasco Fernandes de Lucena. O primeiro, que integrara o séquito de D. Isabel de Portugal, ao serviço dos Duques de Borgonha, traduz para francês obras de autores clássicos, de que é exemplo a *Ciropedia* de Xenofonte.

Vasco Fernandes de Lucena — que fora embaixador de D. Duarte ao Concílio de Basileia e ao papa Eugénio IV e de D. João II ao papa Inocêncio VII — foi um dos tradutores mais activos dos autores clássicos, ao serviço dos ideais pedagógicos dos príncipes de Avis.

É sobretudo no afã posto na tradução dos clássicos latinos que na corte de Avis se revelam e definem as preocupações pedagógicas do proto-humanismo da primeira metade do século XV, em Portugal. Os tratados de Cícero, o *Panegírico* de Trajano de Plínio-o-Moço, a par do *De ingenuis moribus et liberalibus studiis adolescentiae* de Pier Paolo Vergerio contam-se entre as obras vertidas em *lingoagem* por Vasco Fernandes de Lucena⁵⁶.

A presença da cultura italiana na corte de Borgonha, que acolhia uma verdadeira escola de artistas de iluminuras e que contava com uma das bibliotecas mais famosas do tempo, não foi alheia aos gostos dos príncipes de Avis, de que é testemunho o *Livro de Horas do rei D. Duarte*. Isto sem esquecer os contactos com a Europa de então, facilitados pela nossa feitoria na Flandres.

A vizinha Espanha, nas suas ligações da corte de D. João II de Castela com o reino de Nápoles de Afonso V, o Magnânimo — modelo paradigmático do «príncipe umanizzato» do Renascimento — tornou-se permeável à influência do nascente humanismo italiano⁵⁷.

Em Portugal se encontra, entre 1421 e 1431, em missão diplomática, Alonso de Cartagena, futuro Bispo de Burgos, tradutor de Cícero e Séneca, cuja permanência em Itália e convívio com os mais famosos humanistas, tais como Enea Silvio Piccolomini, são bem elucidativos da sua cultura e gosto pelos valores do humanismo nascente. Ao rei D. Duarte dedica a tradução do primeiro livro do *De inuentione* do

⁵⁶ Vasco Fernandes de Lucena revela já o gosto da correcta e elegante expressão na língua do Lácio, tão característica do Humanismo renascentista. Prova-o a sua correspondência com Poggio Bracciolini, no sentido de melhorar o estilo de latim, a sua arte oratória. A orientação a seguir, aconselha o humanista italiano, era a leitura assídua de Quintiliano e, sobretudo de Cícero. Vide as três cartas de Poggio Bracciolini a Vasco Fernandes de Lucena, contidas no *Cod. Plut.* n.º 720, c.85b, c.96a, c.109a da Biblioteca Laurenziana de Florença.

⁵⁷ Os próprios humanistas italianos estabelecem relações de mecenatismo com os reis de Castela, como testemunha a dedicatória que o humanista italiano Pier Candido Decembrio faz da sua versão da *Iliada* a D. João II de Castela.

Arpinate e um *Memoriale uirtutum*, baseado na *Ética* de Aristóteles. Do relacionamento do infante D. Pedro com o poeta Juan de Mena — como mais tarde o do seu filho, o Condestabre D. Pedro, com o Marquês de Santillana⁵⁸ — dá-nos testemunho o *Cancioneiro Geral*, onde se percebe já a influência de Dante e de Petrarca.

Os príncipes de Avis protegem a cultura literária e escrevem eles próprios obras de formação cavaleiresca ou de reflexão filosófica e divulgam os clássicos latinos. Afirma-se o gosto pelos romances de cavalaria, os tratados de educação de príncipes e a produção historiográfica, em que as acções de figuras individuais de reis e senhores servem de paradigmas e *exempla*⁵⁹. Quebrada a tradição da poesia lírica trovadoresca, cabe agora a estas obras em prosa, com uma função didáctica e exemplar, a apologia do ideário da própria dinastia, sem raízes numa lúdima sucessão hereditária. Elas desempenham um papel significativo na consolidação do conceito de Estado e na definição dos direitos e deveres de governantes e governados.

A corte torna-se o grande centro cultural, incentivando a criação literária e a prática da leitura. Formam-se as primeiras bibliotecas, como as de D. Fernando e D. Duarte. De Itália vêm os educadores de D. Afonso V, Estêvão de Nápoles e Mateus de Pisano. Mais tarde chega Justo Baldino, que seria encarregado de cantar em latim a gesta lusa, sem que levasse a efeito tal empresa.

D. Afonso V, louvado pela sua cultura intelectual, organiza, no Paço da Alcáçova, em Lisboa, o núcleo da futura Livraria Real, que abre, pela primeira vez, as portas ao público⁶⁰.

⁵⁸ Don Iñigo López de Mendoza, marquês de Santillana (1398-1458), grande admirador da literatura clássica, de Dante, de Petrarca e de Boccaccio, reuniu uma valiosa biblioteca e patrocinou versões de obras gregas, a partir do latim. Ao filho do Duque de Coimbra, o Condestável D. Pedro, dedica uma célebre carta, *Prohemio é carta quel marquês de Santillana enviô al condestabre de Portugal con las obras suyas*, considerada já, pelas ideias estéticas que contém, um dos mais curiosos monumentos da história literária do séc. XV. Vide sobre este autor, sua obra e análise pormenorizada dos exemplares da sua biblioteca, MARIO SCHIFF, *La bibliothèque du Marquis de Santillane*, Amsterdam, 1970 (1.ª ed. Paris, 1905).

⁵⁹ Lembro, de Fernão Lopes, as Crónicas de *D. Pedro*, *D. Fernando* e *D. João I*; de Zurara, a *Crónica da tomada de Ceuta* e a *Crónica dos feitos da Guiné*, um verdadeiro panegírico da figura do infante D. Henrique, caracterizado pelos seus dotes intelectuais e rodeado de sábios; de Rui de Pina, as Crónicas de *D. Duarte*, *D. Afonso V* e *D. João II*. Destinadas a relatar as proezas cavaleirescas e os feitos heróicos dos grandes senhores são as *Crónica do Infante D. Fernando*, de Frei João Álvares, e as Crónicas de *D. Pedro de Meneses* e de *D. Duarte de Meneses*, de Gomes Eanes de Zurara.

⁶⁰ Vide o estudo de SOUSA VITERBO, 'A cultura intelectual de D. Afonso V', *Arquivo Histórico Português*, 2 (1904) 255: «Ele tinha a paixão dos livros, estimava as

Os nobres, sobretudo, mandavam educar os filhos para fora do reino, facto que levou os procuradores do povo a pedirem a D. Afonso V, nas cortes de 1473, e a D. João II, nas de 12 de Novembro de 1481, que se limitassem as tenças e pensões régias concedidas aos estudantes.

Assim se ia formando um escol de juristas e letrados que seria o suporte da administração régia, cada vez mais burocratizada.

Assiste-se em Portugal — e já desde o início da dinastia de Avis, em que surge uma nova aristocracia paralela à nobreza de sangue — a um reforçar da ideia de que *scientia est potentia* ‘o saber é poder’, para utilizar a expressão que viria a empregar Francis Bacon.

Desde as cortes de 1481-1482 — em que D. João II ascendia ao poder, assumindo o Estado como um valor transpersonalizado —, que a velha monarquia tradicional de laivos feudais se convertia aceleradamente em «Estado moderno», centralista, forte e mercantil.

A modernização e desenvolvimento do aparelho de Estado, quer no plano interno, administrativo, judicial e militar, era acompanhada, no plano externo, da definição de uma política ibérica e do incremento da expansão ultramarina ⁶¹.

Cerceado o poder da nobreza e dos principais líderes da fidalguia, designadamente os duques de Bragança e Viseu, os vassalos, que povoam a corte eram recrutados entre a nobreza de segundo plano e entre a gente de mais baixa condição, capaz de uma mais estrita e leal fidelidade ao seu rei.

Neste contexto, D. João II vai fomentar e patrocinar a formação intelectual e a preparação destes súbditos para a tarefa da governação, com a concessão de bolsas a estudantes, nomeadamente na Itália ⁶².

Se é conhecida a presença de portugueses, em finais do século XV, na Universidade de Paris — como observam, nos seus estudos, Joaquim Veríssimo Serrão e Luís de Matos ⁶³ —, tais como Frei João Claro, Diogo de Gouveia, Diogo Ortiz e Pedro Margalho, no entanto o seu número não

ciências e as artes e comprazia-se no convívio e correspondência dos eruditos do seu tempo, a quem incitava nos seus trabalhos, galardoando-os merecidamente.»

⁶¹ Bartolomeu Dias dobra o cabo da Boa Esperança, em 1487, e em Junho de 1494 assina-se o Tratado de Tordesilhas, que salvaguarda para os Portugueses não só a Índia, mas a futura Terra de Vera Cruz.

⁶² A. DOMINGOS DE SOUSA COSTA, ‘Estudos superiores e universitários em Portugal no reinado de D. João II’ cit.

⁶³ JOAQUIM VERÍSSIMO SERRÃO, *Relações históricas entre Portugal e a França (1430-1481)*, Paris, 1975, p. 49-52; LUIS DE MATOS, *Les portugais à l’Université de Paris entre 1500 et 1550*, Coimbra, 1950, p. 5.

é suficiente para se poder falar de uma corrente regular, como acontecerá anos mais tarde⁶⁴.

O Humanismo italiano do *Quattrocento*, iniciado já no séc. XIV com Petrarca, influencia de forma directa os estudantes que D. João II manda formar nas universidades italianas, pelos quais intercede junto de humanistas como Poliziano, a quem encomenda a celebração em latim da gesta lusa. Entre os discípulos de Poliziano contam-se grandes humanistas que virão a ser os pedagogos dos príncipes portugueses, filhos de D. Manuel: Aires Barbosa, o introdutor do ensino do Grego em Salamanca, que depois de jubilado nesta universidade se torna mestre dos futuros cardeais D. Afonso, D. Duarte e D. Henrique; Luís Teixeira, mestre do futuro D. João III; Martinho de Figueiredo que exerceu a magistratura judicial e ensinou na Universidade de Lisboa um curso de Plínio — tal como Hernán Núñez de Gusmán, el Pinciano, na vizinha Espanha —, atraindo notáveis professores de Gramática, dos dois Direitos e de Teologia. Deste seu curso e dos seus métodos, segundo as lições que recebera de Angelo Poliziano, em Itália, temos conhecimento pelo comentário do Livro I da *História Natural*, editado em 1529.

3. IDEAIS EDUCATIVOS DE DOIS SÉCULOS

No último quartel do século XV, em 1485, ou talvez antes, chega Cataldo Parísio Sículo a Portugal, a convite de D. João II, para educar o seu filho bastardo D. Jorge. Do seu magistério irão beneficiar também outros rebentos da nobreza.

A partir de então, Cataldo iria dar um novo impulso à pedagogia e à cultura, em Portugal, sob a égide da corte e da classe nobre. A sua correspondência com altos dignitários áulicos ou aristocráticos, os seus versos e a sua prosa — a sua obra é editada a partir de 1500 — revelam bem a nova mentalidade que entre nós imprimia o Humanismo, de matriz italiana.

Nesta altura, em Espanha, florescia a Universidade de Salamanca com seus mestres de renome, tais como António de Nebrija, o português, seu colega e amigo Aires Barbosa, Hernán Núñez de Gusmán, e os italianos Lúcio Marineo Sículo, Pedro Mártir d'Anghiera. A seu lado, a corte castelhana torna-se, no seu fervor pelas humanidades, uma verdadeira escola. Nela ensinou, a convite da rainha, desde 1488, o referido humanis-

⁶⁴ LUIS DE MATOS, *ibidem*.

ta Pedro Mártir d'Anghiera, que teve por aluno D. Jaime, duque de Bragança, aquando do seu exílio, no reinado do nosso rei D. João II.

As universidades de Salamanca e as de Itália, que têm a preferência dos portugueses durante o século XV, vão cedendo lugar, embora não completamente, no século XVI, aos grandes centros culturais como Lovaina e as universidades francesas. Em França, têm a preferência o colégio parisiense de Santa Bárbara, onde o rei D. João III institui cinquenta bolsas para estudantes portugueses, e o de Bordéus, dirigidos respectivamente por Diogo de Gouveia, o Velho, e por André de Gouveia, tio e sobrinho.

No final do diálogo *De platano*, que data de 1537, João Rodrigues de Sá de Meneses, uma das figuras mais representativas do primeiro humanismo entre nós, dá notícia de um movimento de estudantes frente ao Mosteiro de Santa Cruz, onde se encontrava a Universidade recentemente transferida. Formula então o voto de que as letras venham a inundar Portugal, para que «os portugueses não precisem de mendigar ciência e letras pelas encruzilhadas da Itália e de Castela, para vergonha sua, como outrora»⁶⁵. Este mesmo desejo exprimira André de Resende na sua oração de 1534.

Caberá a D. João III, a quem Luís Vives incentiva, na carta que introduz o *De tradendis disciplinis*, a ele dedicado, dar realidade a este projecto educativo⁶⁶. É mesmo provável que o monarca português tenha seguido a orientação do humanista valenciano na escolha da cidade universitária, *De loco Academiae*, que viria a ser o grande centro intelectual, a cidadela do saber no quinhentismo português — Coimbra⁶⁷.

Pelo que ficou dito, pode concluir-se que, quando Cataldo chega a Portugal encontra já entre nós homens cultos e peritos na língua latina, como demonstram os estudos de Américo da Costa Ramalho, respeitantes à introdução do Humanismo em Portugal e à figura de Cataldo em particular.

⁶⁵ AMÉRICO DA COSTA RAMALHO, *Antologia de Latim Renascentista em Portugal*, Lisboa, 1994, p. 135).

⁶⁶ JOANNIS LUDOVICI VIVIS VALENTINI, *De Disciplinis Liberi XX. in tres tomos distincti, quorum ordinem uersa pagella indicabit. Cum indice copiosissimo*. Lugduni, Apud Ioannem Frellonium, 1551, Aa2-Aa4.

⁶⁷ *Ibidem*, *De tradendis disciplinis, liber secundus*, p. 242-243. Vide a descrição minuciosa das características do local em que, segundo Juan Luis Vives, deveria erguer-se o *collegium*. Em seu entender, importaria que a cidade tivesse um clima saudável — *caelum ut sit salubre* — e geograficamente situar-se, nem numa cidade demasiado concorrida, nem numa povoação limítrofe — *Consultius esset extra urbem constitui gymnasium, praesertim si uel ea sit maritima, uel mercimoniis dediti incolae [...] Nec publico itinere adiaceat [...] Non in regionis limitibus...*

Em 1481, a 31 de Agosto, o bispo de Évora, D. Garcia de Meneses, proferira em Roma perante o papa Sisto IV um discurso que — a dar crédito ao testemunho inserto na *Corografia* de Gaspar Barreiros («Carta-prefácio a Jorge Coelho») — teria merecido a admiração de humanistas como Pompónio Leto e Jacopo Sadoletto⁶⁸.

Mas é a Cataldo que se deve o primeiro manifesto, publicado entre nós, em defesa do latim humanístico contra a barbárie estilística do latim medieval, na linha de Lorenzo Valla. Este manifesto surge em carta dirigida a D. Fernando de Meneses, escrita em fins de 1499 ou em Janeiro/Fevereiro de 1500⁶⁹.

Nesta carta, não falta o louvor dos poetas e entre todos Virgílio, que as crianças devem ler e assimilar desde tenra idade — tal como recomenda Santo Agostinho, no primeiro livro da *Cidade de Deus* —, para que não mais o esqueçam, e invoca a lição de Horácio (*Epistulae*, I, 2, 69-70): «a vasilha conservará, por muito tempo, como se fosse recente, o odor de que uma vez se embebeu.»

Estes versos de Horácio figuram com frequência nos tratados pedagógicos dos autores do Renascimento, como é o caso de Erasmo e, entre nós, Diogo de Teive. Um aspecto deve, a este propósito, ser referido. Cataldo toma a defesa da poesia, alegando diversas autoridades. Entre elas figura S. Basílio Magno, autor do referido opúsculo *De legendis antiquorum libris*, na tradução latina de Leonardo Bruni Aretino. Os autores cristãos da Patrística são assim considerados a par dos clássicos. Além disso, é aconselhada, «para inteligência da Sacra Página», a leitura dos escritores e poetas da Antiguidade pagã⁷⁰.

A lição dos poetas, enaltecida pelos autores do primeiro humanismo italiano — tais como Boccaccio no seu *De genealogia deorum*, considerado já a *magna charta* da nova dignidade universal conquistada pelas letras, ou Coluccio Salutati, em *De laboribus Herculis*, ou ainda Enea Silvio Piccolomini, no *De liberorum educatione*⁷¹ — vai a cada passo ser

⁶⁸ Vide *Chorographia de alguns lugares que stamem hum caminho, que fez Gapar Barreiros ó anno de M.D.XXXXVJ. começado na cidade de Badajoz em Castela, te á de Milam emItalia...* Impresso em Coimbra por Ioã Aluarez impressor da Vniversidade, & por mandado do doctor Lopo de Barros...M.D.LXI. Este discurso de D. Garcia de Meneses abre a *Antologia de Latim renascentista em Portugal* de AMÉRICO COSTA RAMALHO cit., p. 2-25.

⁶⁹ AMÉRICO DA COSTA RAMALHO *ibidem*, p. 41-53.

⁷⁰ *Ibidem*, p. 45.

⁷¹ Vide AENEAE SILVII *De liberorum educatione*. Text and translation, with an introduction by J. S. NELSON (the catholic University of America, Studies in

seguida pelos tratadistas pedagógicos. Era a lição de Aristóteles, que ditara a Horácio o valor didático, ético, filosófico e lúdico da poesia, o poder de unir *utile dulci*, pois *aut prodesse uolunt aut delectare poetae*⁷².

Se os métodos de Cataldo, que recomenda a severidade e até os castigos corporais, não são os aconselhados e praticados pelos humanistas italianos, os resultados da sua pedagogia são os melhores. O seu aluno D. Pedro de Meneses, ensinado pelo mestre, proferia, em 1499, segundo costume italiano, um discurso em público, com doze anos apenas. Aos dezassete, encarregava-se da oração de abertura solene das aulas na Universidade de Lisboa, em 1 de Outubro de 1504. Mas não só a ajuda do Sículo, como também o ambiente de sua casa, onde era proibido falar português — segundo narra Salvador Fernandes, na oração que profere em honra de seu pai, D. Fernando de Meneses, na entrada no seu marquesado, em 1509 —, teria pesado nesta mestria intelectual. Assim se exprime: «...Quando tua nobilíssima mulher tem um filho, logo cuidadosamente mandas procurar uma ama e um mestre, a primeira para que dê leite ao teu descendente, o segundo para que lhe dê as letras, atitude que mal posso explicar por palavras. Por isso (coisa admirável!), no teu aristocrático palácio, a língua portuguesa conhece o silêncio do sepulcro, ao passo que a latina floresce, reverdece, vigora.»⁷³

Em 1495, morre D. João II. Disputa-se a sucessão ao trono entre o filho ilegítimo do monarca, o discípulo de Cataldo, D. Jorge de Lencastre, e o primo e cunhado do rei, o Duque de Beja. É este que ascende ao poder.

Medieval and Renaissance Latin, vol. XII), Washington, 1940, p.174-175, onde faz o elogio da poesia, contra os alemães que a desprezavam, e a defesa dos poetas. Antes deste tratado para a educação de Ladislau, rei da Hungria, com dez anos de idade, composto cerca de 1450, Piccolomini escreve dois tratados, *De litteratura* (1443) e *De legendis poetis* (1444).

Esta obra pedagógica de Enea Silvio Piccolomini, futuro papa Pio II, liga-se à sua permanência junto da corte do Imperador da Alemanha como legado pontifício. É no desempenho destas suas funções que é encarregado das relações diplomáticas para o casamento do imperador Frederico III com D. Leonor de Portugal — irmã de D. Afonso V —, que viriam a ser pais do futuro Maximiliano I, Mecenas das letras e das artes e patrono de Dürer.

⁷² HOR. *Ars poetica*, v. 343 e 333, respectivamente.

⁷³ *Antologia de Latim renascentista em Portugal* de AMÉRICO COSTA RAMALHO cit., p. 113.

Os alunos dilectos de Cataldo são os filhos do marquês — D. Pedro de Meneses e sua irmã D. Leonor de Noronha. Esta traduz de latim para português a *Coronica geral de Marco António Cocio Sabélico desde o começo do mundo até nosso tempo*, Coimbra, João de Barreira e João Álvares, 1550. Sobre D. Leonor de Noronha, vide CAROLINA MICHAËLIS DE VASCONCELOS, *A Infanta D. Maria de Portugal (1521-1577) e as suas damas*, ed. fac-similada, com prefácio de Américo da Costa Ramalho, Lisboa, 1983: cf. prefácio, p. VIII-XI.

D. Manuel, o Venturoso, assistirá, no seu reinado, à chegada de Vasco da Gama à Índia, em 1498, e, em 1500, à descoberta do Brasil.

No tempo de D. Manuel chega-se ao epílogo dessa longa história de descobrir. Vive-se o fausto e o luxo da corte mais prestigiada da Europa, que sustenta a ociosidade e a mania nobiliárquica dos cortesãos, numa Lisboa exótica e cosmopolita⁷⁴. Os Jerónimos e a Torre de Belém tornam-se símbolos da grandeza do império e impõem um estilo arquitectónico, que recebeu a designação de manuelino. A corte é animada nos seus serões pelo teatro de Gil Vicente — que a rainha D. Leonor, viúva de D. João II protegia —, pela música, em que D. Manuel era aficionado, pela poesia palaciana. Até aos moços negros da corte mandava o rei ensinar a Gramática.

A corte, sentida como meio ideal para a realização das virtudes humanas, a que deu viva voz Garcia de Resende, no «Prólogo» ao *Cancioneiro Geral*, publicado em 1516, requer «cavalleros blandos i ensinados», no dizer de Sá de Miranda, na dedicatória do *Epitalâmio pastoril a António de Sá no casamento de sua filha*⁷⁵. Era a ilustração viva dos ideais proclamados por *Il cortegiano*, obra dedicada a D. Miguel da Silva, considerado por Baldassare Castiglione modelo de urbanidade⁷⁶. Boscán depressa a divulgará em língua castelhana.

O sentido da *urbanitas* que as *humaniores litterae* conferem, também entre nós é posto ao serviço dos anseios cortesanescos de grande número de letrados e de membros da fidalguia. O jogo de forças políticas no interior do estado e sua implicação com o ideal cortesanesco, vivido por mais de um século na sociedade portuguesa, vai favorecer a ambição, a inveja, a adulação e a hipocrisia da corte, que é retratada e criticada em profusão

⁷⁴ As fontes de riqueza, que sustentavam canais de consumo e não de investimento, o abandono da agricultura, a expulsão dos judeus e o seu massacre em Lisboa, em 1506, iriam contribuir a passos largos para a descapitalização interna, verificada nos reinados de D. João III, que teve de abandonar as praças de África e, de forma dramática, no reinado de D. Sebastião. O tratado *De regis institutione et disciplina* de D. Jerónimo Osório denuncia de forma insistente esta realidade, e.g. H. OSORII, *Opera omnia* cit., I. 528.20-530.30.

⁷⁵ Veja-se a dedicatória do *Epitalâmio pastoril a António de Sá no casamento de sua filha*, in *Poesias de Francico de Sá de Miranda*. Edição feita sobre cinco manuscritos ineditos e todas as edições impressas, acompanhada de um estudo sobre o Poeta, variantes, notas, glossário e um retrato por CAROLINA MICHAËLIS DE VASCONCELOS, Halle, 1885, p. 501, onde se encontra o passo citado; vide ainda, a este propósito, a carta de António Pereira Marramaque a Diogo de Castro, referida por EUGENIO ASENSIO, *Estudios Portugueses*, Paris, 1974, p. 168.

⁷⁶ Vide SYLVIE DESWARTÉ, *Il 'perfetto cortegiano' D. Miguel da Silva*, Roma, 1989.

nas obras do nosso século de ouro, desde a tratadística pedagógica e filosófico-moral, às diferentes formas de poesia, à arte dramática ⁷⁷.

É sobretudo desde o tempo dos reis D. João II e D. Manuel que a corte portuguesa se torna permeável ao movimento humanista, que os reis se rodeiam de letrados, designadamente juristas — que preparavam os regimentos das diversas instituições, pilares do Estado centralizado — e ainda de homens de ciência, matemáticos, cosmógrafos, astrónomos, homens com conhecimentos teóricos e práticos na arte de navegar e cartografar, que tornam possível o prosseguimento e o êxito da expansão. O saber dos Antigos vai ser renovado através do conhecimento empírico, que se vai impor como método científico, e dar origem a uma nova literatura, que a imprensa, conhecida entre nós desde finais do século XV, se encarrega de difundir.

A política educativa de D. Manuel enquadra-se num vasto plano. Se até então o ensino se concentrava fundamentalmente em duas cidades, Lisboa e Coimbra, num esforço concertado entre a Coroa e a Igreja, D. Manuel tenta suprir as carências a que ficava sujeita a população do Norte e Sul do país. Leva, então, a efeito um projecto de instituir Colégios em Braga, Guimarães e Évora.

Além dos Novos Estatutos dados à Universidade, em 1508, nesta mesma data, manifesta a intenção de criar um Colégio em Lisboa, concede aos «emprimidores de liuros», «graças priuilegios liberdades e honras que ham e deuem aver os caualeiros de nossa casa» ⁷⁸.

Em 1509, o arcebispo de Braga, D. Diogo de Sousa, um dos discípulos de Cataldo, cria nesta cidade o Colégio de S. Paulo, com o apoio de D. Manuel, que só vemos a funcionar cerca de 1532 ⁷⁹. O Colégio de Guimarães viria a ser criado em 1512. Em 1517, o Colégio de S. Tomás, no Mosteiro de S. Domingos em Lisboa, e, em 1520, um Colégio em Évora.

No entanto, é com D. João III que as instituições de cultura nacionais vão conhecer uma reforma por assim dizer sistemática, que corresponde

⁷⁷ Lembro, entre as principais, a poesia de Sá de Miranda, a epístola em verso *De uita aulica* de André de Resende, a *Ropicapnefma* de João de Barros, as comédias *Aulegrafia* e *Eufrosina* de Jorge Ferreira de Vasconcelos. Também as representações dramáticas escolares não são alheias a esta tendência moralizadora e interventiva, de que é exemplo a tragédia *Sedecias*, composta pelo P.^o Luís da Cruz, para ser representada em Coimbra, por ocasião da visita de D. Sebastião.

⁷⁸ Cf. Carta de 20 de Fevereiro, ANTT, *Chancelaria de D. Manuel*, livro 5, fl. 6v. — Apêndice Documental, n.^o XIII.

⁷⁹ Sobre a sua orgânica e plano de estudos, vide AVELINO DE JESUS COSTA, 'D. Diogo de Sousa, novo fundador da cidade de Braga', *Distrito de Braga*, Ano I, 2-4 (1961) 477-533.

ao generalizado entusiasmo europeu pelas Humanidades. O mecenatismo régio é secundado pelo de outras figuras, como o cardeal infante D. Henrique, que protege o Colégio de S. Paulo em Braga, onde é Arcebispo. Aos cursos de Gramática e Poética, criados em 1537, se vêm a juntar, dois anos mais tarde, a Retórica, a Filosofia, os Cânones e a Teologia⁸⁰. Neste colégio, ensina cerca de um ano os rudimentos da Língua Latina Clenardo, o reputado mestre da Universidade de Lovaina, enquanto Vaseu, seu amigo, não chega de Salamanca. Este, nomeado para a cadeira de Retórica, com a intenção de suprir às necessidades dos alunos, publica em 1538, ainda em Salamanca, uma *Collectanea Rhetorices*, com um prefácio-dedicatória ao cardeal infante D. Henrique. Transferido este para a mitra de Évora, os humanistas belgas acompanham-no. A capital alentejana contaria agora com a presença destes pedagogos, que vinham juntar-se a André de Resende. O Humanista Eborense, após a morte do seu príncipe, o cardeal D. Afonso, em 1540, e desgostoso do viver na Corte, abre escola pública, na sua cidade.

Os Colégios universitários hieronimitas de Penha Longa e da Costa, junto de Guimarães, conhecem grande prestígio. Em 1535, por ordem do rei, Frei Diogo de Murça, que obtivera em Lovaina o «bonnet doctoral» em Teologia, vem dirigir um colégio em Penha Longa, onde os religiosos estudariam as ciências. Em 1537, o mesmo monarca muda o Colégio para o Mosteiro de Santa Marinha da Costa.

Para ajuizarmos da importância do Colégio da Costa, basta ler os seus regulamentos e as disciplinas aí leccionadas⁸¹. A equivalência perfeita aos graus conferidos aos estudantes da Universidade de Coimbra leva à reclamação do reitor desta, aliás atendida pelo rei⁸².

Nestes Colégios, onde leccionam professores como Inácio de Moraes, o autor do *Elogio de Coimbra*, e Frei Diogo de Murça, encontram-se, entre os estudantes, o infante D. Duarte e D. António, prior do Crato, filhos ilegítimos do rei e do infante D. Luís, respectivamente.

⁸⁰ O Arcebispo, que tinha por dever do seu cargo promover a instrução, eleva as escolas de Braga a Estudo Geral e manda vir mestres de reinos estrangeiros. Sobre a provisão do Infante-Arcebispo e sua execução, vide M. GONÇALVES CEREJEIRA, *O Renascimento em Portugal. II — Clenardo. O Humanismo, a Reforma*, Coimbra, 1975, p. 116.

⁸¹ Vide A. MOREIRA DE SÁ, *A Universidade de Guimarães no século XVI (1537-1550)*. Prefácio de Robert Ricard, Paris, 1982.

⁸² Vide *Actas dos Conselhos da Universidade de 1537 a 1557*, publicadas por MÁRIO BRANDÃO, vol. I, Coimbra, 1941, p. 2-3.

O infante D. Duarte foi uma figura curiosa. Apesar de falecer com 21 anos (em 1543), proferiu uma *Oração em louvor da Filosofia* e traduziu, em latim, a *Crónica de D. Afonso Henriques* de Duarte Galvão⁸³. Outros nomes poderiam ser referidos, não só entre os mestres, como entre os discípulos. No entanto, o mais famoso, entre estes últimos, é Frei Heitor Pinto, que honrou a Universidade de Coimbra com o seu magistério, foi orador sacro, exegeta, escritor religioso e, na sua *Imagem da vida Cristã*, um dos maiores clássicos, em prosa, da língua portuguesa, no século XVI⁸⁴.

Do ponto de vista pedagógico, não poderemos deixar de referir que Frei Heitor Pinto traçou, no seu comentário exegético sobre o livro de Ezequiel, as qualidades do pregador e os objectivos da pregação⁸⁵. O sentido de missão, de *auctoritas*, a par da pureza de coração do pregador são aspectos indispensáveis ao bom exercício do *munus*. Esta ligação da palavra ao coração, e não já à razão, aponta no sentido erasmiano e cristocêntrico, expresso no binómio *cor/sermo*, que substitui o binómio clássico, traduzido na expressão ciceroniana *ratio oratioque*.

A reforma do ensino em Santa Cruz é levada a cabo dez anos antes da transferência da universidade para Coimbra, por D. Frei Brás de Braga, outro membro da ordem de S. Jerónimo, que com Diogo de Murça estudara em Lovaina e em Paris.

⁸³ A *Crónica de D. Afonso Henriques* de DUARTE GALVÃO, escrita provavelmente em 1503, por encomenda de D. Manuel, é uma obra política e um dos primeiros frutos da celebração da identidade histórica de Portugal. A raiz húngara da linhagem dos reis portugueses, que figura na *Crónica do Imperador Clarimundo*, de João de Barros, editada em Lisboa em 1522 e de novo em 1555, em Coimbra, nos prelos de João Barreira, prende-se com a ideia de que os nossos reis se deviam considerar como os verdadeiros herdeiros da monarquia visigótica. Foi Duarte Galvão um dos principais defensores da visão «imperial» da monarquia portuguesa: Cf. LUÍS FILIPE THOMAZ, 'L'idée impériale Manuéline', in *La Découverte, le Portugal et l'Europe*, Paris, 1990, p. 35 e sqq.

Camões n'Os *Lusíadas* e D. Jerónimo Osório no *De regis institutione et disciplina* (e.g. *Opera omnia*, I, 466.7 e sqq.) manifestam ter conhecido e manuseado esta crónica, no que toca sobretudo ao milagre de Ourique e ao sentido providencialista da nação portuguesa.

⁸⁴ A sua *Imagem da vida cristã*, cuja primeira parte saiu a lume em Coimbra, em 1563, apresenta por vezes uma carga enorme de citações eruditas, colhidas nas fontes escriturísticas, patrísticas, greco-latinas e em autores modernos. Entre estes, estão presentes Petrarca, Marsilio Ficino, Baltasar Castiglione, Tomás Moro, Budé, Erasmo, Pompónio Leto e Luis Vives. Para o estudo das fontes clássicas e bíblicas de Frei Heitor Pinto, vide Introdução de EDWARD GLASER à *Imagem de la Vida Cristiana*, Barcelona, 1967. Para o estudo das fontes humanísticas, vide Introdução de J. V. DE PINA MARTINS à *Imagem da Vida Cristã*, Porto, 1984, p. V-LXI.

⁸⁵ Vide *Commentarium in Ezequielem*, in *Opera omnia*, Lugduni, 1590, p. 60.

Anexos a Santa Cruz foram erguidos quatro Colégios, o de S. Miguel e o de Todos-os-Santos, com funções lectivas e residenciais, e os de Santo Agostinho e de S. João Baptista, que serviam quase exclusivamente de aposentadorias. Com esta função, muito embora proporcionassem ainda a leccionação de cursos, muitos outros colégios de diversas ordens religiosas se ergueram na cidade, para acolher mais de um milhar de estudantes, quando, a par da universidade, o Colégio das Artes abriu as suas portas, em 1548⁸⁶.

Coimbra ganha outra feição arquitectónica. Torna-se um centro, onde acorrem os artistas da pedra. João de Ruão, Nicolau Chantraine tiveram oportunidade de fazer aqui verdadeira escola. Marca evidente das proporções deste projecto cultural é a Rua da Sofia, com a largura que ainda hoje possui, que não existe em tantas outras que pelos tempos fora se foram abrindo, neste velho burgo universitário⁸⁷.

Desde a transferência da Universidade, em 1537, que se tornava insustentável que ela, por falta de instalações adequadas, se encontrasse dividida em duas partes, uma a funcionar em Santa Cruz, outra no Paço das Escolas. Os conflitos de jurisdição multiplicavam-se. Agudizaram-se no tempo do reitor Frei Bernardo da Cruz, pelo que o monarca intervém e coloca à frente da universidade Frei Diogo de Murça, confrade e discípulo do reformador de Santa Cruz⁸⁸. Em Outubro de 1544, as faculdades que se encontravam em Santa Cruz — Artes, Teologia e Medicina — juntavam-se às restantes no Paço das Escolas, dando-se assim a reunificação da Universidade⁸⁹.

⁸⁶ Sabe-se que «em meados de Abril de 1548 os estudantes ainda não são mil, mas em fins desse mês já ultrapassam esse número, e em 12 de Dezembro quase atingem já o de 1200, para virem a orçar pelos 1500 no Verão de 1550». Já nas mãos dos jesuítas, na última década do século, «ouviam as preleções dos mestres da Companhia uns 2500 a 2600 estudantes». Cf. a este propósito, e. g. JOAQUIM DE CARVALHO, *Obra completa* cit., II, p. 217.

⁸⁷ Vide A. NOGUEIRA GONÇALVES, 'Os Colégios Universitários de Coimbra e o desenvolvimento da arte', in *A sociedade e a cultura de Coimbra no Renascimento*, Coimbra, 1982, p. 223-237.

⁸⁸ Conhecida é a abertura destas duas figuras eminentes do nosso Humanismo Renascentista, às correntes de espiritualidade e da pedagogia erasmianas. Cf. e.g. J. V. DE PINA MARTINS, *Humanisme et Renaissance de l'Italie au Portugal* cit., p. 433, 436 e 566.

⁸⁹ *Notícias Cronológicas da Universidade de Coimbra*, escritas pelo beneficiado Francisco Leitão Ferreira, edição publicada, revista e anotada por JOAQUIM DE CARVALHO, Coimbra, 1940, I parte, vol. II, pp. 411-412.

Sobre a construção de uma «Universidade nova», que os estatutos da autoria de Fr. Diogo de Murça, hoje perdidos, dariam a conhecer, vide J. S. DA SILVA DIAS, *A política cultural no tempo de D. João III*, I, Coimbra, 1969, p. 623-700.

A preocupação da modernidade do ensino era cada vez mais evidente, nesta instituição. Nela funcionavam cursos regulares de Artes e Humanidades, com aulas de Grego, Latim e Hebraico, leccionadas por professores como Vicente Fabrício, Juan Fernández e Mestre Eusébio, respectivamente. As aulas de Grego de Vicente Fabrício, que comentava, nesta língua, Homero, e os alunos lhe respondiam quase só da mesma forma, encham de admiração Clenardo, ao passar em Coimbra, em Agosto de 1537. O Humanista brabantino fala a um seu compatriota como ficou assombrado com o *nouo miraculo*⁹⁰.

Aliás, o ensino na Universidade das três línguas cultas era prova inequívoca da actualização e europeização das nossas instituições escolares, que seguiam, neste particular, o Colégio Trilingue de Lovaina, onde fora mestre Clenardo e onde estudaram muitos humanistas portugueses, ou o Colégio de França, sob a inspiração de Guillaume Budé, ou ainda a Universidade de Alcalá de Henares, onde seria publicada a *Bíblia Poliglota*, sob a direcção do cardeal Cisneros. É que o conhecimento destas línguas torna-se referência indispensável para se ajuizar não só da cultura literária, mas também teológica, jurídica e científica, nesta época. Só através delas era possível o recurso às fontes do saber.

É, no entanto, neste particular, verdadeiramente fundamental e indispensável um domínio perfeito, correcto e elegante da língua latina, a língua de cultura e de comunicação na Europa. Em latim, eram leccionadas as diferentes matérias, pelo que se torna possível a contratação de mestres estrangeiros.

Os *Estatutos da Universidade de Coimbra* de 1559 regulamentam o ensino destas línguas e os salários dos seus Mestres⁹¹. E mais explicitam, no que toca à língua de comunicação na Europa de então, o Latim: «Hos alunos, que ouverem de ouvir Artes, tenham ouvida Latinidade, de maneira que saibão falar e compor.»⁹² Esta expressão «falar e compor» implica não só o entendimento e o comentário dos autores latinos, mas a sua imitação, na pureza e beleza estética do discurso oral e escrito.

⁹⁰ Vide M. GONÇALVES CEREJEIRA, *O Renascimento em Portugal I- Clenardo e a sociedade portuguesa (com a tradução das suas Principais Cartas)*, Coimbra, 1974, p. 114; SEBASTIÃO TAVARES DE PINHO, 'Les études du Grec à l'Université de Coimbra, (XVI^e siècle)' in *L'Humanisme Portugais et l'Europe, Actes du XXI^e Colloque International d'Études Humanistes*, ed. Jean Claude Margolin et J. V. de Pina Martins, Paris, 1984, p. 87-109.

⁹¹ Vide *Estatutos da Universidade de Coimbra (1559)*, com introdução e notas históricas e críticas de SERAFIM LEITE. Coimbra, 1963, p. 94.

⁹² *Ibidem*, p. 314.

Aliás, não só os futuros profissionais de humanidades, mas os estudantes de Medicina, de Direito e de Teologia faziam os estudos preparatórios em cursos de Artes. A todos o latim abria as portas à universalidade do saber, e não só da Antiguidade, mas da ciência que toda a Europa produzia, que — por não ter ainda atingido um elevado grau de desenvolvimento e especialização — era abarcável pela enorme curiosidade intelectual dos homens desta época.

A criação do Colégio das Artes, em 1548, que trouxe da *Schola Aquitanica*, do Colégio de Bordéus, um escol de humanistas portugueses e estrangeiros sob a égide do Principal André de Gouveia, destinava-se à preparação dos alunos que frequentariam os cursos universitários. A morte inesperada de André de Gouveia e a suspeição de heresia de alguns dos seus prestigiados mestres leva à entrega do Colégio das Artes aos jesuítas, em 10 de Setembro de 1555⁹³. Neste colégio, era dada uma grande importância às disciplinas literárias em relação a todas as outras, pois é sabido que dos dezasseis professores que inicialmente nele exerciam a docência, metade deles leccionava cursos de Gramática, Retórica e Poética⁹⁴.

A retórica privilegiava os tratados de Cícero, a *Rhetorica ad Herenium* e a obra de Quintiliano — o retor do séc. I. d. C., que Aires Barbosa e D. António Pinheiro comentam⁹⁵ e que João Rodrigues de Sá

⁹³ Vide MÁRIO BRANDÃO, *O Colégio das Artes*, cit.; Idem, *A Inquisição e os professores do Colégio das Artes*, 2 vols., Coimbra, 1948 e 1969.

Para se ajuizar dos métodos renovadores do ensino dos bordaleses basta lembrar o comentário ao *Organon* de Aristóteles, feito por Nicholas Grouchy. A este professor do Colégio das Artes se deve também a tradução francesa da *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos portugueses* de Fernão Lopes de Castanheda e a divulgação em francês dos nomes das diversas espécies referidas por Garcia d'Orta, nos seus *Colóquios dos simples e drogas*.

É também a prática do teatro escolar dos bordaleses, Buchanan, Guillaume de Guérente, Diogo de Teive da maior importância na evolução da arte dramática, em Portugal. Ao humanista bracarense se deve a primeira tragédia de assunto nacional, a *Ioannes Princeps tragoedia*, que terá servido de fonte de inspiração à *Castro* de António Ferreira. Vide, a este propósito, NAIR DE NAZARÉ CASTRO SOARES, *Tragédia do Príncipe João* de DIOGO DE TEIVE. Estudo introdutório, texto, tradução e notas, Coimbra, 1977; Idem, 'A Castro à luz das suas fontes. Novos dados sobre a originalidade de Ferreira', *Humanitas* 35-36 (1983-1984) 271-348.

⁹⁴ O programa seguido neste Colégio era semelhante ao que figurava no regulamento da *Schola Aquitanica*, vide MÁRIO BRANDÃO, *O Colégio das Artes*, I (1547-1555), Coimbra, 1924, p. 272 e 282; Idem, *Documentos de D. João III* cit., vol. III, p. 109.

⁹⁵ Vide *In tertium M. Fabii Quintiliani librum luculentissimi commentarii recens editi*, Antonio Pino Portodemaeo auctore. Parisiis, 1538. Já anteriormente o humanista Aires Barbosa tinha publicado em 1511 um pequeno ensaio gramatical *In*

de Meneses, no *De platano* (1537), cita, precisamente num capítulo (*Inst. or.* 10.1.98) que inspirou todos os programas de estudos do Renascimento e serviu de guia aos pedagogos jesuítas⁹⁶.

Não poderemos esquecer, além disso, que a retórica é indissociável da dialéctica e uma e outra definidoras da *eloquentia*. Com o apoio de Cícero e de Aristóteles, mais do que de Platão, os humanistas esforçam-se por retirar a retórica da órbita da dialéctica, por desvalorizar a dialéctica face à retórica, sobretudo a partir de Pierre de la Ramée. A valorização da *res* sobre os *uerba*, a íntima ligação da retórica à filosofia impede as argúcias dos sofistas⁹⁷. Novidade como disciplina curricular é a História, que figura na *ratio studiorum* da *Oratio* de Arnaldo Fabrício, pronunciada na cerimónia inaugural do Colégio das Artes⁹⁸. O papel formativo da História, definida nos termos empregados por Cícero, no *De oratore*, torna-se um verdadeiro *topos*⁹⁹. Os humanistas eram unânimes em considerar a História uma disciplina de grande utilidade pedagógica, verdadeiro manancial de *exempla* que, além de enriquecerem a *inuentio* retórica, fornecem uma enorme variedade de ensinamentos de moral privada e de comportamento político¹⁰⁰.

uerba M. Fabii. Quid? quod et reliqua sobre o passo da *Inst. Orat.*, I, 4, 29. Vide a este propósito, o artigo de AMÉRICO DA COSTA RAMALHO, em *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, Ed. Verbo, s.u. *Quintiliano* (Marco Fábio), vol. 15, p. 1603-1604. Sobre esta matéria, vide os estudos de ANÍBAL PINTO DE CASTRO, *Retórica e teorização literária em Portugal do Humanismo ao Neoclassicismo* cit.; IDEM, 'La Poétique et la Rhétorique dans la pédagogie et dans la littérature de l'Humanisme portugais', in *L'Humanisme Portugais et l'Europe, Actes du XXI^e Colloque International d'Études Humanistes* cit., p. 699-721.

⁹⁶ Vide AMÉRICO DA COSTA RAMALHO, *Latim renascentista em Portugal (Antologia)* cit., p. 135.

⁹⁷ Uma abordagem filosófica da problemática da dialéctica no séc. XVI é feita por M. Baptista Pereira, na sua obra *Pedro da Fonseca, I, — O método da filosofia* (número especial da revista *Biblos* 42 (1966), no capítulo «Consciência metodológica no séc. XVI».

Vide ainda as considerações feitas por D. Jerónimo Osório no seu *De regis institutione et disciplina*, ao enunciar as disciplinas da *ratio studiorum* adequada à formação integral do príncipe e da nobreza — que deve, em seu entender, seguir o mesmo programa de estudos do príncipe: NAIR DE NAZARÉ CASTRO SOARES, *O príncipe ideal no século XVI e a obra de D. Jerónimo Osório* cit., p. 434-436.

⁹⁸ Vide *Quatro Orações Latinas proferidas na Universidade e Colégio das Artes (século XVI)*, publicação e prefácio de Luís de Matos, Coimbra, 1937, p. 18.

⁹⁹ CIC. *De or.* 2.9.36: «Historia uero testis temporum, lux ueritatis, uita memoriae, magistra uitae, nuntia uetustatis.»

¹⁰⁰ Vide NAIR DE NAZARÉ CASTRO SOARES, 'Humanismo e História. *Ars scribendi* e valor do paradigma', *Máthesis* 1 (1992) 153-169.

A orientação tomista da Teologia, que reflecte a influência do método salmantino, em particular de Francisco Vitória, é introduzida por Frei Martinho de Ledesma. Este inicia na Universidade de Coimbra a leitura de S. Tomás em vez de Durando, como por alvará de 26 de Outubro de 1541 ordenara D. João III¹⁰¹. No magistério desta primeira cátedra de Teologia permaneceria o discípulo de Vitória durante trinta anos.

Entre os professores mais famosos de Direito Canónico e Leis, contam-se Martin de Azpilcueta Navarro e Manuel da Costa, que também foi poeta. Sabe-se que — apesar das críticas contra Bártolo, Baldo e Acúrsio, como autoridades de direito entre nós, feitas quer por André de Resende, no passo já referido da sua epístola *De uita aulica*, quer na comédia *Eufrosina* de Jorge Ferreira de Vasconcelos — o *Regimento da Instituta* de 17 de Setembro de 1539 é um testemunho inegável de que o método jurídico medieval tinha sido ultrapassado¹⁰².

Em Medicina, são lentes figuras como Rodrigo Reinoso, António Luís. A medicina de então debatia-se entre o tradicionalismo aristotélico e galénico e a experiência. No entanto, os alvarás régios de 16 de Outubro de 1546 ordenavam que os cadáveres dos doentes estrangeiros, mortos no hospital, e dos justicados fossem entregues ao lente de prima de Medicina, então Rodrigo Reinoso¹⁰³.

Em Matemática, o lente mais famoso de todos foi Pedro Nunes, que prestigiou a universidade e o seu ensino com obras que os prelos não se cansavam de editar¹⁰⁴. Talvez, em 1573, tenha trocado Coimbra por Lisboa, onde é chamado a ensinar D. Sebastião.

¹⁰¹ Vide MÁRIO BRANDÃO, *Documentos de D. João III*, 4 vols. Coimbra, 1937-1941. Cf. vol. II, p. 71.

¹⁰² MÁRIO BRANDÃO, *Documento de D. João III*, I, Coimbra, 1937, doc. CXIII, p. 188; cf. também, neste particular, *Estatutos da Universidade de Coimbra* (1559) por SERAFIM LEITE cit., 1963, cap. 31, *Do modo que lerão os lentes de cadeiras piquenas de Canones e Leis e Instituta*, p. 99.

¹⁰³ Vide MÁRIO BRANDÃO, *Documentos de D. João III* cit., vol. III, p. 71-72.

¹⁰⁴ J. V. DE PINA MARTINS, 'Humanismo e universidade. Livros quinhentistas editados em Coimbra no âmbito dos estudos escolares e sua contribuição para o progresso do Humanismo', in *Actas do Congresso sobre História da Universidade no VII Centenário*, t. IV, Coimbra, 1991, p. 47-66. Vide ainda (apesar de certas imprecisões que apresenta sobre a introdução e a fixação da arte da imprensa em Portugal) M. FERNANDA DE BRITO, 'Pedro Nunes na tipografia de Quinhentos', *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, vol. 34, 2.ª parte — *Homenagem a Jorge Peixoto*, Coimbra, 1978, p. 56-74.

O elogio de todos os mestres da Universidade de Coimbra é feito pelo sevilhano Juan Fernandez: *Oração sobre a fama da universidade (1548)*, de M.ª João Fernandes,

Cabe-nos, por fim, um apontamento no que diz respeito ao alcance científico da actividade pedagógica, em Portugal. Apesar do currículo alargado, neste domínio, que as orações de sapiência testemunham e os próprios estatutos regulamentam, Joaquim de Carvalho, ao estudar este assunto, afirma que a Universidade, na Renascença, se voltou mais para um ensino especulativo e «em vez de ciência fez erudição»¹⁰⁵. E inclina-se mesmo a pensar que, «à excepção de Pedro Nunes, nenhum mestre defrontou a Natureza com ânimo resoluto e mente despreconcebida»¹⁰⁶.

Não é de estranhar que tal aconteça, pois a atitude do pensamento português no século XVI, quer a nível filosófico, quer doutrinário, privilegia o sentido valorativo da existência e compraz-se no observar do acto humano, sua análise e compreensão¹⁰⁷.

Apesar disso, as disciplinas tradicionais do *quadrivium* reflectem bem o espírito renovado do saber, pelo que também no domínio científico a *Alma Mater* do Humanismo cumpriu a sua missão¹⁰⁸.

Não poderemos deixar de lembrar ainda a importância, de todos conhecida, das descobertas marítimas dos portugueses para o desenvolvimento do conhecimento científico, não só no domínio geográfico, e das ciências da natureza, que os *Colóquios dos Simples e Drogas* de Garcia d'Orta admiravelmente exemplificam, quer ainda na consciencialização do valor da experiência, como suporte fundamental do saber.

Se quisermos fazer um balanço da política cultural de D. João III, temos de referir, entre as principais instituições pedagógicas nacionais, além das já referidas, os colégios jesuítas, colocados nas cidades importantes do reino. Em Coimbra, os jesuítas fundaram em 1547, o Colégio de Jesus, que se tornou a escola *princeps* do humanismo inaciano, já que o Colégio de Messina abriu apenas um ano depois. Isto sem esquecer que o Colégio das Artes lhes foi entregue, em 1555. Em Lisboa, em 1542, os

edição, com prefácio, introdução, tradução e notas de JORGE ALVES OSORIO, Coimbra, 1967.

¹⁰⁵ Vide *Obra completa*, vol. III, p. 329-339.

¹⁰⁶ *Ibidem*, p. 338.

¹⁰⁷ Corroborar esta ideia o estudo de J. BORGES DE MACEDO, 'Livros impressos em Portugal no século XVI. Interesses e formas de mentalidade', *Arquivos do Centro Cultural Português* 9 (1975) 214 e sqq.

¹⁰⁸ Vide LUÍS DE ALBUQUERQUE, 'Science et Humanisme dans la Renaissance portugaise', in *L'Humanisme Portugais et l'Europe, Actes du XXI^e Colloque International d'Études Humanistes* cit., p. 419-435; J. V. DE PINA MARTINS, 'Humanismo e universidade. Livros quinhentistas editados em Coimbra no âmbito dos estudos escolares e sua contribuição para o progresso do Humanismo', in *Actas do Congresso sobre História da Universidade no VII Centenário* cit., p. 60.

jesuítas entram de posse da primeira casa própria em todo o mundo, o Mosteiro de Santo Antão, que a partir de 1553 funciona também como colégio. Em Évora, fundam em 1551 o Colégio do Espírito Santo, que em 1553 já ministra aulas públicas e, em 1 de Novembro de 1559, se transforma em Universidade. Em Braga, os jesuítas são chamados ao Colégio de S. Paulo, em 1560, pelo arcebispo D. Frei Bartolomeu dos Mártires. Outros colégios se instalariam ainda ao longo dos séculos XVI e XVII, em Portugal continental, nas Ilhas, e nas longínquas terras do império ultramarino, desde Angola ao Brasil, a Goa, ao Malabar, à China e ao Japão¹⁰⁹.

Estava assim definida a orientação predominante do ensino em Portugal, até ao tempo do marquês de Pombal¹¹⁰.

4. PEDAGOGIA E SEUS MESTRES

A par do ensino institucionalizado, escolas de Gramática Latina foram abertas também nos principais centros do País. Entre elas, contam-se as escolas menores, que funcionavam junto da Universidade de Lisboa, onde se notabilizou pelo seu magistério Jerónimo Cardoso. Ou ainda em Évora, onde exerceram o seu magistério, junto de príncipes e nobres ou em escolas públicas, André de Resende, Clenardo, Vaseu e Diogo Sigeu¹¹¹ — o pai de Luísa Sigeia, uma das figuras femininas que, com sua irmã Ângela, com Paula Vicente e Joana Vaz ilustra o círculo da infanta D. Maria, a que já se chamou *Academia feminina portuguesa*¹¹². É esta um testemunho vivo da educação ministrada entre nós, tal como em Itália, Espanha e Inglaterra, às filhas da aristocracia, a que a teorização de Leonardo Bruni, no seu *De studiis et litteris liber* tinha dado o tom¹¹³.

¹⁰⁹ FRANCISCO RODRIGUES, *História da Companhia de Jesus na assistência de Portugal*, t. I, vol. I, Porto, 1931, p. 217-288; 405-430; Idem, *A formação intelectual do jesuíta*, Porto, 1917, p. 155-176.

¹¹⁰ *Ibidem*. Ao tempo das perseguição de Pombal, a Companhia tinha espalhados pela vastidão do reino 57 colégios, 12 seminários e uma universidade.

¹¹¹ Diogo Sigeu de Toledo veio para Portugal em 1543 e foi, na Corte, além de secretário da correspondência latina, mestre de Retórica do príncipe João e outros moços fidalgos, entre os quais avultam D. Teodósio de Bragança e seus irmãos. Vide, sobre Diogo Sigeu e suas filhas, CAROLINA MICHAËLIS DE VASCONCELOS, *A Infanta D. Maria de Portugal (1521-1577) e as suas damas* cit., p. 38-42. Vide ainda LUÍS DE MATOS, 'O ensino na corte durante a dinastia de Aviz', in *O Humanismo Português 1500-1600*. Academia das Ciências de Lisboa, 1988, p. 499-592.

¹¹² *Ibidem*.

¹¹³ A iniciar a tratadística da educação feminina, com grande voga na Europa de Quinhentos — em que o tratado de Vives *De institutione foeminae christianae*, destinado à educação da futura Maria Tudor de Inglaterra, é o mais representativo — conta-se

A servir de suporte ao aprendizado da língua latina, surgem desde o século XV gramáticas de «Arte nova», como é o caso de uma *Ars eloquentiae*, anónima, mas com toda a certeza da autoria de Cataldo, como provou Américo da Costa Ramalho¹¹⁴. Esta *ars eloquentiae* talvez corresponda mesmo àquele compêndio de retórica a que Cataldo alude em carta dirigida ao príncipe Afonso, filho de D. João II, que precede os *Prouerbia*. De referir ainda a *Noua grammatices marie matris dei virginis ars* de Estêvão Cavaleiro, editada em 1516, bem representativa do humanismo gramatical e retórico, que é o nosso humanismo inicial. A crítica ao ensino tradicional pela gramática de Pastrana, que é adoptada pelos Estatutos Manuelinos, e a querela contra Pedro Rombo, revelam o entusiasmo posto na defesa de novos métodos pedagógicos¹¹⁵.

Clenardo, o filólogo brabantino, que troca Lovaina, o «dulce Lovanium», pela Hispânia, na esperança de aprender o árabe, além das gramáticas hebraica e grega — esta de grande projecção em toda a Europa e adoptada nos colégios europeus da Companhia de Jesus —, é autor de uma gramática latina e de uma edição do *Livro I de Tito Lívio*¹¹⁶.

A sua gramática latina tem a particularidade de se adequar ao ensino directo que ministrava, em que era privilegiada a oralidade, pelo recurso aos *colloquia* e à recolha de *sententiae* dos grandes autores. Desta sua pedagogia, na linha de Erasmo, nos dão testemunho ainda as suas *cartas* a Rugero Réscio, a Vaseu, e à *Cristandade*¹¹⁷.

o *De studiis et litteris liber*, de Leonardo Bruni d'Arezzo, dedicado no século XV «ad Dominam Baptistam de Malatestis», onde um ambicioso programa de educação intelectual é dirigido a uma filha de família nobre.

¹¹⁴ Vide MANUEL SARAIVA BARRETO, 'Uma ars eloquentiae dos primórdios do humanismo em Portugal', separata do *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra* 37 (1982) 133-160; AMÉRICO DA COSTA RAMALHO, *Para a História do Humanismo em Portugal*, II, Lisboa, 1994, p. 103-106.

¹¹⁵ AMÉRICO DA COSTA RAMALHO, 'Um capítulo da história do Humanismo em Portugal: o *Prologus* de Estêvão Cavaleiro', in *Estudos sobre o séc. XVI*, Lisboa, 1983, p. 124-152.

¹¹⁶ M. GONÇALVES CEREJEIRA, *O Renascimento em Portugal*, II cit., 153-165, maxime, p. 160-164.

¹¹⁷ *Ibidem*, I cit., «Apêndice, p. 235 e sqq.

Sobre Clenardo veja-se ainda JOAQUIM DE CARVALHO, *Obra completa*, II cit., 'Uma epístola de Nicolau Clenardo a Fernando Colombo', p. 27-40; M. BRENDA SIMÕES, 'Un «pédagogue» du XVI^{ème} siècle: Nicolas Clenard', in *Pédagogues et juristes*. Congrès du C.E. S. R. de Tours — Été 1960, Paris, 1963, p. 157-172; SUZANNE CORNIL, 'Humanistes belgues au Portugal: Clénard et Vasaeus' in *L'Humanisme Portugais et l'Europe* cit., p. 225-244.

Sobre a importância do ensino de Clenardo — a que se encontra associado o de seu amigo Vaseu — e sobre o seu método pedagógico, idêntico ao de Erasmo e

Lugar de primeiro plano pelas suas diversas obras de carácter didáctico merece Jerónimo Cardoso, autor do primeiro Dicionário Latino-Português e Português-Latim, o *Dictionarium Latino-Lusitanicum et uice uersa Lusitanico-Latinum*, impresso em Coimbra, nos prelos de João Barreira, em 1569-1570¹¹⁸.

Os métodos pedagógicos que emprega situam-se na linha erasmiana do aproveitamento dos *exempla* clássicos e dos *adagia* — os *Adagia* do Humanista de Roterdão figuram em apêndice ao seu *Dictionarium* — que funcionam como entidades argumentativas e estilísticas, ilustrativas da *aemulatio* e *imitatio* tão caras aos humanistas. Os alunos de Latinitade, futuros humanistas, eram adestrados na arte da utilização de estilemas, reminiscências verbais e, numa espécie de sincretismo, com um hábil trabalho de *intarsio*, que era entalhe e transformação, chegavam a novas *iuncturae*, reveladoras da sua bagagem cultural e da sua originalidade¹¹⁹.

Por toda a Europa se cultivam e adestram os alunos na *latinitas*, através de recolha de *sententiae*: desde a escola da Reforma, em Estrasburgo, dirigida por Johan Sturm¹²⁰, à Schola Aquitanica de

Mathurin Cordier, vide o meu artigo 'A literatura de sentenças no Humanismo Português: *res et uerba*' cit., p. 384-385.

¹¹⁸ O nosso maior lexicógrafo e modelo de pedagogo, Jerónimo Cardoso, tem merecido ser estudado em valiosos trabalhos de Justino Mendes de Almeida, Paul Teyssier e Telmo Verdelho. Vide a descrição minuciosa das obras didácticas feita por Justino Mendes de Almeida, na Introdução que acompanha a edição *Oração de sapiência proferida em louvor de todas as disciplinas* de Jerónimo Cardoso, reprodução facsimilada da edição de 1550. Tradução DE MIGUEL PINTO DE MENESES. Introdução de JUSTINO MENDES DE ALMEIDA, Lisboa, 1965, p. 7-18.

A pensar nos seus alunos, Jerónimo Cardoso, que incarna o tipo ideal do pedagogo do Renascimento, redige, em 1552, dentro dos princípios da clareza e brevidade, a sua gramática, *Institutiones in Latinam linguam breuiores et lucidiores*, editada em 1557, em Lisboa, por João de Barreira. Faz um resumo do Livro V do *De asse* de Guillaume Budé. Este opúsculo sobre numismática foi impresso em Coimbra por João Álvares, em 1561, e reimpresso em todas as edições do seu *Dictionarium*. Conhecem-se ainda da sua autoria um *Dictionarium iuueniuti studiosae*, que mais não é do que um compêndio de fraseologia latina com o significado português (Coimbra, João Barreira, 1551), e um dicionário de Português-Latim, *Dictionarium ex Lusitanico in Latinum sermonem*, que impresso primeiramente à parte (Lisboa, João Álvares, 1562-1563), se integra no *Dictionarium* de 1569-1570.

¹¹⁹ Sobre o método pedagógico utilizado, quer nas instituições académicas quer no ensino particular, para aquisição da *latinitas*, vide o meu artigo 'A literatura de sentenças no Humanismo Português: *res et uerba*', in *Actas do Congresso internacional sobre Humanismo Português na época dos Descobrimentos* (Coimbra, 9 a 12 de Outubro de 1991), Coimbra, 1993, p. 377-410.

¹²⁰ J. Sturm, reformador do Ginásio de Estrasburgo e autor de uma vasta obra pedagógica e de um famoso tratado *De literarum ludis recte aperiendis* (1538), vai

Bordéus¹²¹, cuja *ratio studiorum*, publicada por Elias Vinet, é da autoria de André de Gouveia — que de França viria fundar o Colégio das Artes —, sem esquecer as escolas Jesuítas¹²². Era a lição de Séneca e Quintiliano, acolhida pela pedagogia humanista¹²³. Estas sentenças, anotadas em edições escolares — preparadas para o registo interlinear — ou simplesmente em blocos de apontamentos sistematizados, o *chirographarium*, segundo os diversos temas, permitiam um enriquecimento da *inuentio* e da *elocutio* e constituíam um *corpus*, que era já um esboço de futuras colectâneas¹²⁴.

influir significativamente na formulação dos métodos pedagógicos e na *ratio studiorum* dos jesuítas. Vide R. P. DAINVILLE, *Les jésuites et l'éducation de la société française. La naissance de l'Humanisme moderne*, Paris, 1940, maxime, cap. II, «L'ordre des études», p.71-155.

¹²¹ Vide *Schola Aquitanica. Regulamento de estudos de André de Gouveia* cit. Sabe-se que, em 1578, o impressor de Bordéus, Millanges, imprimiu livros com espaços interlineares, de Cícero, de Virgílio e de Ovídio, para as classes do Colégio da Guiana. Cf. F. DAINVILLE, *La naissance de l'Humanisme moderne*, Paris, 1940, p. 112. Sobre os métodos de ensino em França, no que respeita à formação retórica, vide A. GRAFTON, 'Teacher, text and pupil in the Renaissance class-room: a case study from a Parisian College', in *History of universities*, I, 1981, p. 37-70.

¹²² O jesuíta Pedro Perpinhão, professor em Coimbra, no seu tratado *De ratione liberorum instituendorum literis Graecis et Latinis* (1565), no capítulo VII, recomenda o uso de edições adequadas à anotação interlinear, nestes termos: «tum sententiarum tum verborum paraphrasticas interpretationes suo quidque loco inter uersus ipsos /pueri/ interponant» (*Petri Ioannis Perpiniani Soc. Iesu aliquot epistolae*, Paris, 1683, p. 120).

¹²³ Quintiliano (1,9,3) recomenda a anotação de sentenças nas gramáticas escolares e Séneca (*Ep.* 33,7) afirma que as crianças são bem capazes de as compreender: «ideo pueris et sententias ediscendas damus et has quas Graeci chrias uocant, quia complecti illas puerilis animus potest, qui plus adhuc non capit.»

Entre os pedagogos humanistas, este método pedagógico é aconselhado por Erasmo, em *De duplici copia*, (*Opera omnia*, Leiden, 1703: *LB*, I, 100-101) e por Luis Vives em *Introductio ad sapientiam* e em *Epistola II de ratione studii puerilis*, in *Opera omnia*, Valencia, 1782 (I, 14 e 272-273).

¹²⁴ À utilidade do *chirographarium* — assim lhe chama — se refere o humanista Antoine Arlier, na correspondência latina com seu filho Jean Arlier, a quem dá conselhos pedagógicos. Cf. Correspondance d'Antoine Arlier, humaniste Languedocien (1527-1545). Édition critique du Ms. 200 (761-R. 132) d'Aix-en-Provence. Texte établi et commenté par J. N. PENDERGRASS, Genève, 1990, *Ep.* 79, datada de 24.4.1542. Consequência desta prática é a inovação do impressor Grapheus, ao publicar uma edição dos *Diálogos* de Luciano (*Luciani dialogi aliquot...*, Anvers, 1527) com espaços deixados em branco para as anotações dos alunos. Da funcionalidade deste expediente falamos, nestes termos (f.º1 v.º): «... quod antea haud factum constat, decenti singulorum uersum intersticio quo scilicet pueri praeceptorum praelectiones facilius annotare queant.» Sobre a divulgação da obra de Luciano com fins didáticos, vide CHRISTIANE LAUVERGNAT-GAGNIÈRE, *Lucien de Samosate et le Lucianisme en France au XVIe siècle. Athéisme et polémique*, Genève, Droz, 1988, p. 66 e sqq.

Em estreita ligação com esta prática pedagógica, grande divulgação conhecem também as colectâneas de sentenças, que a Antiguidade nos legou, verdadeiros repositórios de doutrina e de *topoi* literários. Entre estas, contam-se o *Florilégio* de Estobeu, o *Manual* de Epicteto, os pensamentos de Marco Aurélio, os *Apotegmas* de Plutarco, as *Sentenças* de Publílio Siro, conhecidas indevidamente pelo nome de *Prouerbia Senecae*.

A exemplo dos Antigos e na tradição dos autores medievais — cujas obras enciclopédicas orientavam o ensino memorizado e dogmático, genialmente ridicularizado por Rabelais¹²⁵ —, os humanistas organizavam sistematicamente obras de carácter enciclopédico, *Florilegii*, *Siluae*, *Viridarii*, *Cornucopiae*, *Thesauri*, *Margaritae*, colecções de *Apotegmas*, de *Adagia*, a que se ligam nomes como Paulo Manúcio e Erasmo¹²⁶.

O conhecimento destas obras e sua assimilação traduz-se na permanente inserção do seu conteúdo na dinâmica criadora do texto literário. O pendor mimético do discurso humanista em relação a modelos da antiguidade greco-latina, manifestado sobretudo através da arte alusiva e dos *loci similes*, levaria Marcel Bataillon a afirmar que «no séc.XVI todo o livro corria o risco de se converter em miscelânea»¹²⁷.

Uma diversificada produção pedagógica, indiciadora dos métodos e ideais retóricos, de que Erasmo se torna paradigma¹²⁸, vai surgir entre nós até finais do século XVI: a edição de um tratado de Erasmo, que facilita-

¹²⁵ Vide *Gargantua*, XIV. Cf. *Œuvres de F. Rabelais*, ed. A. LEFRANC ET AL., Paris, 1921-1931: I, p.141, 143-144.

¹²⁶ Contam-se, entre estas obras, as muitas edições quinhentistas de C. Rhodiginus; R. Volaterranus; N. Perottus; Vincenzo Cartari; Gregorius Reish; Domenico Nano Mirabellio; J. Ravisius Textor; Albrecht Von Eyb; Octavianus de Florovantis Mirandula; Jorge Fabricio; Bartolomeo Cassaneo; Joannes Stoboeus; J. Gruter; Nicolaus Liburnius.

Sobre o género apotegmático, sua origem e evolução, sua representação na Idade Média e Renascimento, o estudo mais completo é o de WILHELM GEMOLL, *Das Apophthegma. Literarhistorische Studien*, Wien, 1924. Cf. e. g. PAVLVS MANVTIVS, *Apophthegmatum ex optimis utriusque linguae scriptoribus libri VIII*, Venetiis, 1590; DESIDERIVS ERASMYVS, *Adagiarum Chiliades*, Venetiis, 1508; IDEM, *Apophthegmatum opus*, Parisiis, 1532.

¹²⁷ MARCEL BATAILLON, *Érasme et l'Espagne*. Nouvelle édition en trois volumes. Texte établi de l'édition de 1937 par Daniel Devoto. Édité par Charles Amiel, Genève, 1991, p. 678: «Au XVI siècle, d'ailleurs, tout livre courait le risque de se convertir en miscellanée».

¹²⁸ Vide a obra, acabada de sair, de JEAN-CLAUDE MARGOLIN, *Érasme précepteur de l'Europe*, Paris, 1995, que é uma síntese dos trabalhos profundos deste autor sobre a pedagogia de Erasmo. Esta edição, contudo, foi intencionalmente elaborada para divulgação.

va a memorização de *loci comunes*, na tradição dos *Disticha Catoris* do ensino medieval, por João Vaseu¹²⁹ — autor da já referida *Collectanea Rhetorices*, editada em Salamanca em 1538; a edição coimbrã dos *Colloquia ad meliorem mentem reuocata* do mestre de Roterdão, por Juan Fernandez, que lhe tinha sido sugerida pelo então reitor da Universidade, Frei Bernardo da Cruz, para servir aos mestres de Retórica no ensino da latinidade¹³⁰; um *Compendium rhetorices ad Damianum a Goes Equitem Lusitanum*, dedicado por Erasmo a Damião de Góis — um conjunto de notas de carácter didáctico sobre lugares-comuns e *schemata* retóricos; os *Grammatices rudimenta* de João de Barros; ou mesmo as Colectâneas de Sentenças, que cativaram os autores portugueses como D. Francisco de Portugal, primeiro conde de Vimioso — só editadas no século XVII —, Diogo de Teive, André Rodrigues de Évora, Diogo Pires, Frei Luís de Granada¹³¹; e enfim as obras pedagógicas dos jesuítas, tais como o tratado *De ratione liberorum instituendorum litteris Graecis et Latinis*, de 1565, de Pedro Perpilhão¹³² — autor que pronunciou a oração de sapiência

¹²⁹ *Index rerum ac uerborum copiosissimus ex Des. Erasmi Roterodami Chiliadibus per Ioannem Vasaum*. Conimbricae, 1549.

No que se refere aos *Disticha Catoris*, que têm como presumível autor Dionísio Catão do séc. II d. C., cabe o mérito de terem servido no ensino das universidades medievais e continuarem a merecer o interesse dos humanistas. Vide *Livro Verde da Universidade de Coimbra*, ed. A. G. DA ROCHA MADAHIL, Coimbra, 1940, p. 49; MÁRIO MARTINS, *Estudos de cultura medieval*, Lisboa, Verbo, 1969, cap. IV: 'Os «Dísticos de Catão» na base da formação universitária', p. 51-63. No que respeita às escolas humanistas, esta obra surge, por exemplo, na *ratio studiorum* da Schola Aquitanica, *nonus ordo*, ed. cit., p. 18.

¹³⁰ Vide sobre esta obra, história da sua publicação, reconhecimento do valor da lição de Erasmo, no ensino da Retórica, numa época em que o nome do Humanista de Roterdão figurava no Índice expurgatório. Vide JORGE ALVES OSÓRIO, *O Humanismo Português e Erasmo* (tese de doutoramento dactilografada, apresentada à Faculdade de Letras do Porto), I, Porto, 1978.

¹³¹ Sobre este género e sua representação, nestes autores, vide NAIR DE NAZARÉ CASTRO SOARES, 'A literatura de sentenças no Humanismo Português: res et uerba' cit., p. 377-410; JORGE BORGES DE MACEDO, 'Para o estudo da mentalidade portuguesa do século XVI. Uma ideologia de cortesão. As sentenças de D. Francisco de Portugal', *Revista ICALP* 7-8 (1987) 73-106; ANDRÉ EBORENSE [André Rodrigues de Évora], *Sentenças de diversos autores pelas quaes amoestão aos príncipes como na paz e na guerra se devem reger, dirigidas ao muito esclarecido Príncipe Dom Sebastião...* Fac-símile do Manuscrito inédito da casa Cadaval. Introdução de LUÍS DE MATOS. Lisboa, 1983.

¹³² Cf. supra, n. 106. A importância das ideias pedagógicas de Pedro Perpilhão na elaboração do programa de estudos, na *ratio studiorum* dos Colégios Jesuítas, vide R. P. DAINVILLE, *Les jésuites et l'éducation de la société française. La naissance de l'Humanisme moderne*, Paris, 1940, maxime, cap. II, «L'ordre des études», p. 71-155.

inaugural da nova direcção do Colégio das Artes; os três livros *De arte rhetorica*, segundo a lição de Aristóteles, Cícero e Quintiliano, de Cipriano Soares, editados em Coimbra por João Barreira, em 1562 — a que a *Rhetorica ecclesiastica* do dominicano Fr. Luís de Granada, editada em 1576, serviria de complemento; a Gramática do jesuíta P^e. Manuel Álvares, que vem à luz em 1572 e conhece cerca de 550 edições, distribuídas por vinte e dois países ¹³³.

Mas, a par do cultivo da língua latina, surge a exaltação da língua vulgar, na linha do *De uulgari eloquentia* de Dante e dos autores do *Cinquecento*, de que Trissino, Bembo, Castiglione são figuras representativas ¹³⁴.

Gramáticas como a de Fernão de Oliveira e de João de Barros, além de outras obras deste autor de carácter pedagógico, revelam bem o interesse em dotar a língua portuguesa — à semelhança do que fizera Antonio de Nebrija para a castelhana — de regras e cânones linguísticos que a elegessem sobre a falada na vizinha Espanha, que tentava, desde a própria Corte, impor-se em Portugal ¹³⁵.

¹³³ Sobre o avultado número de edições de gramáticas latinas e seu uso no ensino em Portugal, vide *Amadeu Torres*, 'Humanismo inaciano e artes de gramática: Manuel Álvares entre a «ratio» e o usus', Separata da revista *Bracara Augusta* 38 fasc. 85-86 [98-99] (1984) 5-21, maxime p. 10. Sobre o ensino da Poética e da Retórica, vide ANÍBAL PINTO DE CASTRO, Retórica e teorização literária em Portugal cit., p. 35-55; *Idem*, 'La Poétique et la Rhétorique dans la pédagogie et dans la littérature de l'Humanisme Portugais' cit., p. 699-721.

¹³⁴ Embora se imponham os modelos italianos — sob a influência de D. Miguel da Silva, o dedicatário do *Cortigiano*, e de Sá de Miranda —, a «questão da língua» entre nós assume uma intenção expansionista e imperialista, a que a *Gramática Castellana* (1492) de Nebrija dá o tom. São disso reflexo a *Gramática da linguagem portuguesa* (Lisboa, 1536) de Fernão de Oliveira e a *Gramática da língua portuguesa* e o complementar *Diálogo em louvor da nossa linguagem* (Lisboa, 1540) de João de Barros.

Sobre a especificidade da questão da língua vulgar em Portugal, nas suas diversas conexões relativamente à Espanha e à Itália, vide EUGENIO ASENSIO, 'La lengua compañera del Imperio. Historia de una idea de Nebrija en España y Portugal', in *Estudios Portugueses*, Paris, 1974, p. 1-16; *Idem*, *Prologo* à sua edição da *Comédia Eufrosina*, Madrid, 1951, p. XL-LII: 'El problema de la lengua'; Introdução de LUCIANA STEGAGNO-PICCHIO a João de Barros, *Diálogo em louvor da nossa linguagem*, Modena, 1959 (reeditada in *La Méthode Philologique. Écrits sur la littérature portugaise. II. La prose et le théâtre*, Paris, 1982, p. 281-313); M. L. CARVALHÃO BUESCU, *Babel ou a ruptura do signo. A gramática e os gramáticos do Século XVI*, Lisboa, 1984; SYLVIE DESWARTE, *Il «Perfetto cortegiano» D. Miguel da Silva*, Roma, 1989, p. 78-81.

¹³⁵ Sobre as obras pedagógicas de João de Barros, vide I. S. RÉVAH, *Études Portugaises*, Paris, 1975. A introduzir esta obra, J. V. de Pina Martins esclarece que a *Cartinha* é parte integrante da *Gramática de língua portuguesa*, à qual serve de intro-

E se esta época de «sino de latim» deu prestígio ao idioma do Lácio, com obras monumentais em prosa, mas também em versos inspirados, é na admirável língua portuguesa que escreve Camões.

Papel basilar na pedagogia renascentista desempenha a imprensa, cuja invenção Garcia de Resende saúda na sua *Miscelânea*, nestes termos: «E viimos em nossos dias/ ha letra de forma achada/ com que a cada passada/crescem tantas livrarias/ e ha sciencia he augmentada.»¹³⁶

Volvidos cerca de trinta anos sobre a descoberta do tipo metálico móvel, a arte da imprensa dá os seus frutos entre nós. O livro português mais antigo impresso em Portugal é o *Tratado de Confissom*, editado em Chaves, em 1489, e descoberto em 1965 pelo Prof. J. V. de Pina Martins. Além de obras de devoção, ou ligadas à prática religiosa, ou à prevenção das doenças, as obras que mais frequentemente são editadas, nos finais do séc. XV, princípios do XVI são relativas à arte de marear, gramáticas, e entre elas a de Pastrana, cartilhas de aprender a ler, catecismos, e as *Epistolae et orationes*, de Cataldo, saídas dos prelos de Valentim Fernandes, em Lisboa, a 21.2.1500¹³⁷.

Mas, nem só as tendências temáticas mostram a importância da imprensa na pedagogia humanista.

Em Coimbra, já antes de 1537, existiam os prelos de Santa Cruz, pois, em data que se fixa entre Fevereiro de 1530 e Abril de 1531, Germão Galharde monta a imprensa do Mosteiro e ensina a sua arte aos Cónegos regantes¹³⁸.

dução. Vide as edições modernas de M. L. Carvalhão Buescu: JOÃO DE BARROS, *Gramática de língua portuguesa, Diálogo em louvor da nossa linguagem e Diálogo da viciosa vergonha*, Lisboa, 1971; FERNÃO DE OLIVEIRA, *A gramática da linguagem portuguesa*, Lisboa, 1975.

Sobre o ensino da língua portuguesa, vide os estudos de FERNANDO CASTELO-BRANCO, 'Portugal quinhentista visto através das cartilhas para ensinar a ler', in *Presença de Portugal no mundo*. (Academia Portuguesa de História). Lisboa, 1982, p. 355-390; *Idem*, 'As cartilhas quinhentistas e o Humanismo', in *O Humanismo Português 1500-1600* (Academia das Ciências de Lisboa), Lisboa, 1988, p. 309-323.

¹³⁶ Livro das Obras de GARCIA DE RESENDE, edição crítica, estudo textológico e linguístico por EVELINA VERDELHO, Lisboa, 1994: *Miscellanea*, est. 179, p. 570.

¹³⁷ ARTUR ANSELMO, *Origens da Imprensa em Portugal*, Lisboa, 1981, p. 289-332; J. V. DE PINA MARTINS, *Humanisme et Renaissance de l'Italie au Portugal — Les deux Regards de Janus* cit., p. 767-976.

¹³⁸ Apesar dos estudos consagrados aos primórdios da tipografia coimbrã por A. G. da Rocha Madahil, ver as razões da implantação tardia da arte de imprimir nesta cidade e a influência que nela exerceu a tipografia parisiense, em J. V. DE PINA MARTINS, *Humanisme et Renaissance de l'Italie au Portugal — Les deux Regards de Janus* cit., p. 936-938.

Por carta de 5 de Julho de 1539, D. João III, ciente da importância do livro como instrumento fundamental do ensino e desenvolvimento cultural da Academia, determina que «hos livreyros q̃ na dita çidade tyverem suas temdas com copia de liuros das çiemçias q̃ na dita vnyversidade lem guozem de todollos p̃uilegios & liberdades q̃ tem & de q̃ gozam os estu-dantes & offiçiões da dita vnyversidade»¹³⁹.

Por alvará de 21 de Março de 1548 confirma e aprova o contrato celebrado, por seu mandado, entre o reitor Frei Diogo de Murça e os impressores João de Barreira e João Álvares, «pera avêrẽ de ter inpresaõ na dita vniversidade»¹⁴⁰.

Estava assim criada a Imprensa da Universidade, indissociável do valor intelectual e do papel cultural desta instituição no Humanismo renascentista e ao longo de séculos¹⁴¹. E muito perde a nossa Universidade com a sua actual extinção.

5. UMA ESCOLA DE HUMANIDADES

Por último, uma reflexão se impõe. A abordagem realizada, a nível dos princípios — que definem o humanismo greco-latino e, numa interpenetração perfeita de classicismo-cristianismo, os ideais da pedagogia do Renascimento —, leva-nos a concluir que o processo educativo reflecte como num espelho a mundividência humana e os condicionalismos históricos em que se concretiza. Além disso, a pedagogia humanista não se realiza apenas através de reformas universitárias ou de outras instituições paralelas ou complementares. São os mestres que nelas professam, os livros que se meditam, lêem ou explicam, os manuais, as obras didácticas e os métodos utilizados, os autores seguidos, que se impõem aos padrões de sensibilidade do tempo como *auctoritas*, que são os principais instrumentos de renovação. Isto sem esquecer a «mãe experiência», que leva ao equacionamento de uma nova realidade e, por vezes, à superação dos modelos da Antiguidade¹⁴². É nesta medida que o Humanismo

¹³⁹ Vide MÁRIO BRANDÃO, *Documentos de D. João III*, vol. I, p. 155-156.

¹⁴⁰ *Ibidem*, vol. III, p. 141-142.

¹⁴¹ J. V. DE PINA MARTINS, 'Humanismo e universidade. Livros quincentistas editados em Coimbra no âmbito dos estudos escolares e sua contribuição para o progresso do Humanismo' cit., p. 47-66.

¹⁴² Vide NAIR DE NAZARÉ CASTRO SOARES, 'A História Antiga no Humanismo Renascentista Português', *Actas do II Congresso Peninsular de História Antiga* (Coimbra, 18-20 Out. 1990), Coimbra, 1994, p. 280-305.

Renascentista, movimento de renovação e lição de modernidade, se torna indissociável da pedagogia, que serve a ciência e dignifica o homem.

Também entre nós a tratadística pedagógica, ou pedagógico-política do século XVI documenta bem, através das várias obras, a penetração do ideário humanista. Este reflecte-se sobretudo na importância que a educação, a formação humana — e do homem por excelência, o príncipe — merece a cada autor. A temática educativa está presente desde a *Breve doutrina e ensinança de príncipes* de Frei António de Beja à *Doutrina de Lourenço de Cáceres ao Infante D. Luís* e ao *Espejo del príncipe christiano* de Francisco de Monzón — que pertencem ao período joanino —, até à imensa produção pedagógica dirigida a D. Sebastião.

A consciência da missão que cabe aos portugueses na cultura e civilização universais, sem esquecer a defesa dos valores do *mos maiorum*, ditou uma certa predilecção pela educação e formação do governante, que se pretende *uomo universale*, culto e bem-formado, capaz da sabedoria necessária à orientação do destino colectivo de um povo.

Tal como na Borgonha de Carlos-o-Temerário, neto do nosso D. João I, ou na França dos reis que se seguiram a Carlos V, Portugal conheceu uma vasta literatura parenética e de pedagogia política em torno da figura de D. Sebastião. Os acontecimentos ligados à menoridade e governo de D. Afonso V, que conduziram a Alfarrobeira, estavam ainda na memória de todos. Prevenir a repetição da história e salvaguardar os interesses do reino e império portugueses, que D. Sebastião personificava, deu origem a um empenhamento colectivo de prosadores e poetas, centrado na educação e orientação do seu jovem príncipe.

Entre eles Diogo de Teive, na *Institutio Sebastiani Primi*, com base em Quintiliano e Plutarco, ministra regras para bem criar e educar D. Sebastião, de sete anos de idade. Ou D. Jerónimo Osório, que apresenta, de forma desenvolvida, no *De regis institutione et disciplina*, todo um programa completo de educação humanística, dirigido ao mesmo príncipe, já de idade adulta.

Mas, além da temática educativa, um traço comum une os nossos tratados pedagógicos do século XVI: a par da definição da imagem ideal do governante, caminha sempre o orgulho em ser português e na gesta lusa.

Assim se tornam um testemunho perfeito da história das mentalidades, documento da história nacional e europeia, reflexo das preocupações e anseios do homem e, em última análise, expressão da sua liberdade e dignidade.

Não é sem razão, por isso, que um dos primeiros tratados humanistas de pedagogia, *Breve doutrina de ensinança de príncipes* de Frei António

de Beja, impresso em Lisboa por Germão Galharde em 1525, abre com amplas citações do *De hominis dignitate* de Giovanni Pico della Mirandola¹⁴³.

Assim se impõe o sentido absoluto de modelo e se liga para sempre o ideal do príncipe perfeito, ao ideal do homem perfeito, que a *humanitas* confere.

Além disso, entre nós, a *humanitas*, considerada *peritia litterarum* e *scientia rerum* dá voz à lusitana *virtus*, «mais do que prometia a força humana», que a empresa dos Descobrimentos projectava como imagem, e impunha como pedagogia incomparável:

Rafael Hitloideu, o herói da *Utopia*, era português.

¹⁴³ Eugenio Asensio foi o primeiro a chamar a atenção sobre a influência do *De hominis dignitate* de Giovanni Pico della Mirandola na carta-prefácio deste tratado de Frei António de Beja. Vide EUGENIO ASENSIO, 'Lourenço de Cáceres o el latín al servicio del Português', *Boletim Internacional de bibliografia Luso-Brasileira*, II, n.º 2, Lisboa, 1961, p. 13-14.

Sobre as fontes piquianas desta obra e do livro «Contra o juízo dos astrólogos» de Frei António de Beja e sobre os reflexos do *De hominis dignitate* em diversos textos de meados do século XVI, tais como as orações de sapiência de Arnaldo Fabrício (1547), Melchior Beleago (1548) e Hilário Moreira (1552), a *Chronologia* ou *Ratio temporum* de Nicolau Coelho do Amaral (1554), vide J. V. DE PINA MARTINS, *Humanisme et Renaissance de l'Italie au Portugal — Les deux Regards de Janus* cit., p. 433-435 e 573-618.

Também Garcia de Resende, na sua *Miscellanea* — inserta no *Livro das Obras de Garcia de Resende*, saído a lume em 1545 —, não omite o falecimento do grande humanista italiano, como acontecimento digno de registo (ed. cit. est. 192, p. 572): «Viimos grandes sabedores/ muy pouco tempo viver/ sem lhes valer seu saber/ Mirandula seus primores/ non acabou d'escrever.»